

WP 114 / 2012

# ECONOMIA MOÇAMBICANA 2001-2010: UM *MIX* DE POPULISMO ECONÓMICO E MERCADO SELVAGEM

João Mosca

## WORKING PAPER / DOCUMENTOS DE TRABALHO

*O CEsA não confirma nem infirma  
quaisquer opiniões expressas pelos autores  
nos documentos que edita.*

O **CEsA** é um dos Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido criado em 1982.

Reunindo cerca de vinte investigadores, todos docentes do ISEG, é certamente um dos maiores, senão o maior, Centro de Estudos especializado nas problemáticas do desenvolvimento económico e social existente em Portugal. Nos seus membros, na maioria doutorados, incluem-se economistas (a especialidade mais representada), sociólogos e licenciados em direito.

As áreas principais de investigação são a economia do desenvolvimento, a economia internacional, a sociologia do desenvolvimento, a história africana e as questões sociais do desenvolvimento; sob o ponto de vista geográfico, são objecto de estudo a África Subsariana, a América Latina, a Ásia Oriental, do Sul e do Sudeste e o processo de transição sistémica dos países da Europa de Leste.

Vários membros do CEsA são docentes do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional leccionado no ISEG/"Económicas". Muitos deles têm também experiência de trabalho, docente e não-docente, em África e na América Latina.

## OS AUTORES

### JOÃO MOSCA

Economista e Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural. Professor Catedrático na Universidade Politécnica de Moçambique e investigador no CEsA/ISEG.

E-mail: [joao.mosca1953@gmail.com](mailto:joao.mosca1953@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

Este texto realiza uma análise geral da evolução económica para o período entre 2001 e 2010, procurando identificar os principais rasgos caracterizadores à luz de uma abordagem de economia política e de política económica assente em paradigmas da interdisciplinaridade.

O autor tem como hipótese verificar se durante a primeira década de século XXI existiram políticas e medidas económicas que se podem designar por um modelo de crescimento onde se mesclam elementos da economia liberal a nível micro com um sector público empresarial (capitalismo de Estado) utilizado, por um lado, para a captura de rendimentos para o Estado e partido no poder com financiamentos *of budget* (fora do orçamento), para a elite política, e, por outro, para a aplicação de medidas redistributivas fundamentalmente dirigidas aos cidadãos para assegurar as alianças de reprodução do poder e consolidação de um padrão de acumulação internamente concentrado, embora centrado no exterior do país.

Em resumo, pretende verificar-se a existência de uma política designada na literatura por populismo económico e de um mercado selvagem, que se reforçam mutuamente, tendo como questão central a reprodução do poder e a consolidação dos interesses económicos das elites.

As hipóteses deste trabalho são as seguintes:

- Observar se a política económica e respectivas medidas aplicadas permitem confirmar a existência do populismo económico.
- Confirmar a configuração de um mercado selvagem.
- Verificar as alianças do poder que suportam o modelo de populismo económico e de mercado selvagem.

Além da introdução, este texto compreende cinco secções: a segunda define os conceitos utilizados no título e que constituem as palavras-chave do texto e da hipótese de trabalho. A terceira refere-se à metodologia. A quarta secção apresenta as principais medidas de política económica aplicadas ao longo da década. A secção cinco analisa essas medidas, fundamenta a configuração de um mercado selvagem e apresenta as alianças de poder associadas à prática da política económica. Finalmente faz-se uma breve conclusão onde se procura verificar as hipóteses de trabalho.

Para determinados aspectos, o período de análise pode sofrer ligeiras variações resultantes da disponibilidade de fontes de informação.

## 2. CONCEITOS

### 2.1. Populismo económico

Populismo económico é uma corrente muito debatida na América do Sul e Central para a análise de alguns regimes. Entende-se por populismo económico a aplicação de políticas e medidas económicas que têm uma forte componente expansiva (políticas monetárias, orçamentais e outras) e selectivamente (ou discriminatoriamente) redistributivas em função das alianças do poder, sem que a economia gere esses recursos. Pretende-se com isso captar apoios sociais para a defesa/reprodução do poder e de regimes, sejam estes de corte autoritário como democráticos. Neste caso, as medidas populistas acompanham os ciclos políticos para fins eleitoralistas e criação de fidelidades partidárias.

Regra geral, os objectivos do populismo são realizados através de medidas económicas expansivas, sobretudo: (1) políticas cambiais de valorização da moeda local para controlar a inflação, principalmente em economias dependentes de importações de bens de consumo e “aquecimento” da demanda interna através da gestão da taxa de câmbio; (2) expansão monetária (crédito e financiamento desajustado dos défices macroeconómicos); (3) incremento dos gastos públicos, tanto correntes como de investimento; e, (4) aumentos salariais acima do crescimento da produção e da produtividade.

Estas políticas e medidas provocam uma expansão económica de curto prazo, com possibilidade de agravamentos dos desequilíbrios macroeconómicos e crise a médio ou longo prazo em consequência da maior rigidez do tecido produtivo. O populismo económico pode assim ser, a longo prazo, recessivo e possibilitar a desarticulação e destruição do tecido produtivo nacional para o caso de não existirem medidas proteccionistas. Segundo Loureiro (2008:3), “Como elemento chave dessas políticas, destacar-se-ia o impulso dado por esses governantes às medidas fomentadoras do crescimento económico imediato e da distribuição de renda, sem que fosse concedida a atenção necessária aos impactos dessas acções em termos de riscos inflacionários, desequilíbrios internos e externos (défices público e da balança de pagamentos) e reacção dos agentes económicos diante de acções que fossem por eles consideradas agressivas às liberdades de mercado”.

As diferenças principais entre o “populismo de esquerda” e o de corte autoritário assente na liberalização económica são as seguintes: no primeiro caso, recusa-se a liberalização económica, aplicam-se medidas redistributivas directas (por exemplo aumentos salariais) e evita-se o ajustamento estrutural para equilíbrio das contas macroeconómicas. No segundo caso, o populismo de “direita” é criticado por não considerar os efeitos da liberalização, particularmente a destruição do tecido produtivo em consequência da abertura externa e da baixa competitividade interna, e pela priorização dos sectores de bens comercializáveis (exportáveis).

Em resumo, o populismo económico tem por objectivo criar expansão económica, geralmente de curto prazo, através da gestão de instrumentos macroeconómicos simultaneamente que se alicerçam alianças políticas e económicas, seja com as elites, seja com grupos populacionais que suportem o poder em momento de crise.

As políticas expansivas são também aplicadas para surtirem efeitos de contraciclo em períodos de recessão ou crise económica. É o Estado que possui, segundo a teoria dos ciclos económicos, a responsabilidade de aplicar medidas que reanimem a economia. Greenspan aplicou na crise dos anos 90 nos Estados Unidos, outra receita que não a da tradicional contraciclo que resume-se no seguinte: “em tempos de crise, baixa-se a taxa de juro interbancária (através da qual os bancos emprestam uns aos outros) e, portanto, quando os bancos concedem empréstimos aos particulares podem fazê-lo a taxas de juro muito baixas. Ou seja, mesmo em tempos de crise existem boas razões para continuar o endividamento, já que é “dinheiro barato”. Do mesmo modo, aos bancos e instituições que tenham problemas de liquidez é-lhes injectado dinheiro, para que possam manter as suas operações, sem dar azo a que se instale um pânico generalizado”, Fontiveros (2008). Stiglitz contrapõe que a taxa de juros baixa, no lugar de resolver a “bolha”, pode provocar uma segunda “bolha” (o que pode equivaler à recuperação de curto prazo da crise, isto é o ciclo em forma de W).

Voltando ao populismo económico e às práticas económicas expansivas, geralmente são tomadas as seguintes medidas:

- Investimento em obras públicas e eventualmente aumento de gastos do funcionamento sobretudo em sectores prestadores de serviços em bens públicos como forma redistributiva do rendimento nacional.
- Aumento da oferta monetária e/ou redução da taxa de juros com maior acessibilidade ao crédito a pequenas e médias empresas, preferentemente em actividades de resposta rápida e com maior geração de emprego.
- Embora não seja comum devido aos efeitos negativos sobre a inflação e outros indicadores, pode haver subida de salários acima da inflação.

Estas medidas podem introduzir massa monetária (M1) sem contrapartida do lado da oferta (produção).

Regra geral as medidas descritas produzem efeitos mais rápidos sobre a economia (desequilíbrios macroeconómicos – como por exemplo a inflação e o défice público), comparativamente com a recuperação da economia real (produção e emprego). As diferenças temporais podem gerar novos ciclos de desequilíbrio, por exemplo aumento do défice público como consequência do incremento do orçamento do Estado e de políticas monetárias expansivas.

O grande debate da recuperação das fases de crise reside, em resumo, aos dilemas entre estabilizar primeiro para criação de condições de crescimento estável e mais duradouro (neoclássicos), ou, estabilizar simultaneamente que se tomam medidas de crescimento para evitar grandes sacrifícios da população e estabilizações em níveis baixos de riqueza gerada pela economia (neokeynesianos e estruturalistas, síntese neoclássica e outros).

## 2.2. Mercado selvagem

Neste texto entende-se por selvagem os mercados cujos funcionamentos estão desregulados e sem fiscalização do Estado enquanto defensor do interesse público. O mercado selvagem tem como teorias de suporte as mais liberais do pensamento neoclássico que, sem qualquer intervenção exógena, geralmente do poder político/Estado e de *lobbies* diversos que mesclam política, negócios, poderes e influência, conduzem através de mecanismos próprios ao equilíbrio, supondo a maximização da eficiência económica e da satisfação dos consumidores.

O pensamento neoliberal considera as variáveis internas como as determinantes dos resultados, sendo que, qualquer intervenção exógena aos modelos económicos<sup>1</sup> provoca distorções, desequilíbrios, ineficiências e redução das utilidades com efeitos negativos sobre a eficiência, a produtividade, o crescimento e o rendimento dos agentes económicos. Este pressuposto alimenta ideologicamente os liberais mais ortodoxos que advogam uma completa não intervenção nos mercados, supondo que este é o alocador mais eficiente dos recursos, a existência de mecanismos de equilíbrio automático do mercado, bem como o individualismo ou os interesses individuais acima do paradigma colectivista representado pelo Estado ou por outras formas de organização das sociedades.

As principais críticas ao neoliberalismo “puro e duro”<sup>2</sup> baseia-se na inexistência de mercados perfeitos dado que<sup>3</sup>: (1) predomínio de desigualdades de acesso à informação; (2) desigualdade do conhecimento dos mercados; (3) heterogeneidade dos agentes

---

<sup>1</sup> Os modelos económicos consideram que os factores exógenos não influenciam os resultados e que estes são determinados pelas variáveis incluídas (internas) no modelo e nos paradigmas racionalidade-indivíduo-equilíbrio.

<sup>2</sup> Esta expressão utiliza-se para designar as aplicações abstractas tal como as apresentadas na teoria, sem consideração pelas realidades, de forma rápida e com grande amplitude em busca dos equilíbrios nominais da economia. Considera-se rápida quando as medidas são aplicadas sem consideração pelas reacções da economia para ponderação dos ritmos no tempo. São de grande amplitude quando implicam mudanças amplas dos instrumentos de gestão macroeconómica (como por exemplo as taxas de juro e de câmbio, os salários e as despesas públicas). A questão principal é conhecer, para cada realidade, qual o ritmo e amplitude para que as medidas possam ser consideradas adequadas às transformações desejadas em ambiente socialmente aceite e de legitimação política.

<sup>3</sup> As críticas provêm das mais diversas teorias do pensamento económico que assentam a teoria no nexa instituições-história-estrutura social. Marx e neo-marxistas e keynesianos, a nova economia neoclássica e, mais recentemente, os regulacionistas, institucionalistas, a economia ecológica, entre outros. De todas, apenas Marx e de certo modo os institucionalistas fazem a ruptura com os mercados como a instituição que mais eficientemente afecta os recursos.

económicos e consequentes diferentes capacidades concorrências; (4) dificuldades de mobilidade de bens e pessoas (comunicações e transportes); (5) persistência de monopólios e oligopólios do lado da oferta e da procura (monopsónios e oligopsónios); e, (6) quadros institucionais que distorcem a concorrência e a livre circulação de bens e serviços (legislação, ambiente de negócios, procedimentos administrativos, *lobbies*, corrupção, ética, etc.). Estas distorções dificultam ou não permitem a alocação eficiente dos recursos e produzem fluxos que geralmente conduzem ao aumento das desigualdades de rendimento e consequente agravamento das diferenças sociais e espaciais<sup>4</sup>.

A principal crítica que se faz aos modelos “importados” é bem sintetizada no texto de Brandão (s/data) que afirma: Assim, o que se tem é uma elaboração abstracta, assentada em visão impregnada de grande linearidade, automatismo e previsibilidade de dada trajetória unidireccional rumo a um ideal positivista de progresso. Para se buscar uma situação ou estágio de desenvolvimento seria bastante responder a algumas condicionalidades, cumprindo requisitos, superando bloqueios, gargalos e entraves, o que romperia a etapa de atraso, deflagrando um processo de expansão económica contínua. Na verdade, a visão recentemente hegemónica sobre planos estratégicos de desenvolvimento retornam a esta visão”.

O capital é aplicado nos sectores/actividades e territórios com maior produtividade marginal provocando alocações eficientes. Esta suposição pode implicar crescimento com mais desigualdades<sup>5</sup>. Para Perroux (1977), “O crescimento económico surge de forma concentrada em algumas partes do território nacional, para depois se difundir a todo o conjunto da economia. Nesse sentido, quando se inicia o desenvolvimento numa certa região, desencadeia-se uma série de forças de atracção a quase todos os tipos de actividades económicas de outras regiões, ocasionando desigualdades regionais no interior de um país”, em Oliveira (s/data).

São as chamadas falhas do mercado, como a conhecida assimetria de informação, Stiglitz (2000), que fazem com que os agentes económicos tenham diferentes opções e oportunidades concorrenciais, assim como custos de transacção e outras. A nível das regiões, as desigualdades surgem ainda devido a outras condições naturais e históricas de atractividade dos investidores e a competitividade.

O mercado selvagem tem como suporte filosófico/ideológico o neoliberalismo e é aplicado como dogma na crença de que o mercado livre encontrará os equilíbrios económicos e que qualquer intervenção externa é destorcedora com efeitos sobre a eficiência. O selvagismo é ainda caracterizado pela ausência ou lacunas legislativas,

---

<sup>4</sup> Para um estudo teórico sobre equidade e desenvolvimento veja Jones (2009). Para estudo de casos veja Curbelo (1990) e Mosca (1997).

<sup>5</sup> Kuznets (1955), desenvolveu a tese do crescimento em “U” invertido, isto é, nas primeiras fases o crescimento é acompanhado de maiores desigualdades até atingir o ponto de inflexão a partir do qual as desigualdades estabilizam para um posterior período de crescimento com maior equidade. Existem estudos empíricos que confirmam e não confirmam o “U” invertido.



sistemas judiciais ineficazes, morosos e politizados com dificuldades de intervenção sobre os crimes económicos e sobre as conflitualidades entre agentes económicos fazendo com que o “crime compense”, ausência de transparência governativa e não clarificação dos conflitos de interesses gerando promiscuidades entre política e negócios (Estado neopatrimonialista<sup>6</sup>), défices de ética política e económica/comercial e de cidadania, de regras escritas e não escritas, resolução de conflitos pelas próprias mãos, etc.

O mercado selvagem assenta ou promove um Estado incapacitado de exercer as suas funções para que mais facilmente a economia funcione sem regras e fiscalização, incluindo para que os crimes sejam dificilmente detectados e punidos, prospere a economia criminosa (ilícita, ilegal, mercado negro, etc.), não apenas devido à incapacidade das instituições públicas como ainda à articulação de interesses de agentes privados com servidores públicos em negócios fora da lei.

Outra corrente que ganhou alguma presença no debate económico, sobretudo após a crise financeira e que depois se estendeu para a economia real através de diversos mecanismos, é o da regulação económica<sup>7</sup> cujo objectivo é a redução das distorções dos mercados em defesa dos consumidores e a utilização eficiente dos recursos. Para evitar/reduzir essas distorções criam-se órgãos reguladores que se situam entre o Estado, os agentes económicos e os mercados. Estes órgãos especializados têm como funções principais a defesa do consumidor e a aplicação de medidas anti-monopolistas através de legislação adequada e de mecanismos de fiscalização. Criam-se leis e normas que permitam a intervenção do regulador, incentiva-se a emergência de organizações da sociedade civil para a defesa dos interesses dos associados, entre outras acções.

Bangura (1992), estuda o papel do Estado em África em outras perspectivas e revela a importância dos bens públicos, como a saúde, educação, correios, etc., na formação das nações recentemente independentes, em tanto que serviços públicos universais

---

<sup>6</sup> “Numa gestão do tipo patrimonialista o quadro administrativo é constituído de dependentes pessoais do gestor (familiares ou “funcionários pessoais”) ou de parentes, amigos (favoritos), ou ainda por pessoas que lhe estejam ligadas por um vínculo de fidelidade (troca de favores). As relações que dominam o quadro administrativo não são as do dever ou a disciplina objectivamente ligada ao cargo, mas à fidelidade pessoal do servidor ao gestor (Idem, p. 131) – referindo-se a Weber (1989). Neste modelo de gestão, a separação entre assuntos públicos e privados, entre património público e privado desaparecem com a difusão do sistema de prebendas e apropriações”, Batista (s/data, pp. 3). Actualmente existem muitos estudos sobre os estados com característica semelhantes (veja por exemplo Bach e Gazibo (2012), o que é designado de neopatrimonialismo.

<sup>7</sup> “Teve como ponto de partida uma crítica severa à economia neoclássica, a qual procurou ultrapassar através de uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo americano, historicismo alemão e a Escola dos Annales. A obra de Michel Aglietta, *Régulation et crises du capitalisme* (1997) é considerado como fundadora desta corrente.

Segundo a abordagem regulacionista, o capitalismo é um sistema naturalmente instável e sujeito a crises cíclicas. Porém, ele consegue reproduzir-se durante um determinado período, através da criação de um aparato regulatório que, uma vez aceite pelos agentes económicos, tende a agir de forma anti-cíclica. Desta forma, a abordagem regulacionista é uma crítica ao marxismo ortodoxo, uma vez que, segundo os teóricos da regulação, as crises do capitalismo não redundam em sua superação”, retirado de <http://pt.wikipedia.org>, a 19 de Julho de 2012.



facilitadores da criação de elementos de identidade de todos os cidadãos pertencentes a um Estado. Mosca (2002), acrescenta a importância da equidade espacial em países com várias etnias e as possibilidades de conflito quando as desigualdades territoriais coincidem com a ocupação desses territórios por grupos étnicos diferentes. As instituições de Bretton Woods reviram as posições mais ortodoxas sobre o primado da eficiência económica e da competitividade em sociedades de elevado risco de conflito devido ao avanço da pobreza, das desigualdades sociais e da justiça, sugerindo políticas de maior equidade social (“políticas pró-pobres”), Stiglitz (2011) e FMI (2011a e 2011b).

As críticas centram-se sobre a eficácia destes órgãos de regulação, porque administrativos, com elevados riscos de captura pelo regulado, pelo poder, pelos *lobbies* políticos e económicos e pela morosidade que padecem os sistemas judiciais na resolução de conflitos. Referem-se ainda os elevados riscos de corrupção e dos níveis de compromisso no âmbito do que se chama a “porta giratória entre dois salões<sup>8</sup>”, o regulado e o regulador. Finalmente, indaga-se sobre “quais seriam os mecanismos capazes de conter o poder coercivo de um Estado intervencionista e como deveriam ser as relações entre esse Estado e a sociedade civil”, [http://pt.wikipedia.org/wiki/Joseph\\_Stiglitz](http://pt.wikipedia.org/wiki/Joseph_Stiglitz).

### 3. METODOLOGIA

O desenvolvimento do texto assenta principalmente na constatação dos seguintes elementos:

- Se as medidas económicas se aproximam às práticas do populismo económico, sobretudo as seguintes: (1) políticas fiscais (orçamento de funcionamento e de investimento); (2) políticas monetárias (crédito, taxa de câmbio e taxas de juro); (3) políticas salariais (designado por populismo salarial); (4) política de investimento; e, (5) cooperação externa.
- Se existe um período de expansão económica e quais as consequências da aplicação de políticas expansivas (défices orçamentais, défice da balança comercial, inflação, entre outros).

---

<sup>8</sup> Entende-se, de forma figurativa, a imagem de porta giratória entre dois salões (uma do regulador e a outra do regulado), em que os técnicos movem-se entre ambas. O regulador recruta técnicos no regulado, geralmente um monopólio natural, que após a “comissão de serviço” regressa ao seu empregador de sempre, (o regulado). Actuações de regulação mais rígidas enquanto regulador, podem comprometer posições e a carreira profissional na empresa. Esta é uma das razões que fundamentam os críticos ou contrários à regulação, isto é, o regulado, através dos seus técnicos em “comissão de serviço” e de outros métodos (corrupção, tráfego de influência, conhecimento privilegiado de informação, etc.), acaba por capturar o regulador, tornando-o ineficaz e burocrático.

- Se o populismo possui mecanismos de reforço mútuo com um eventual mercado selvagem.
- Quais as alianças de poder do populismo em Moçambique, ao mesmo tempo que se satisfazem grupos populacionais para a sustentação do rendimento de forma subsidiada.

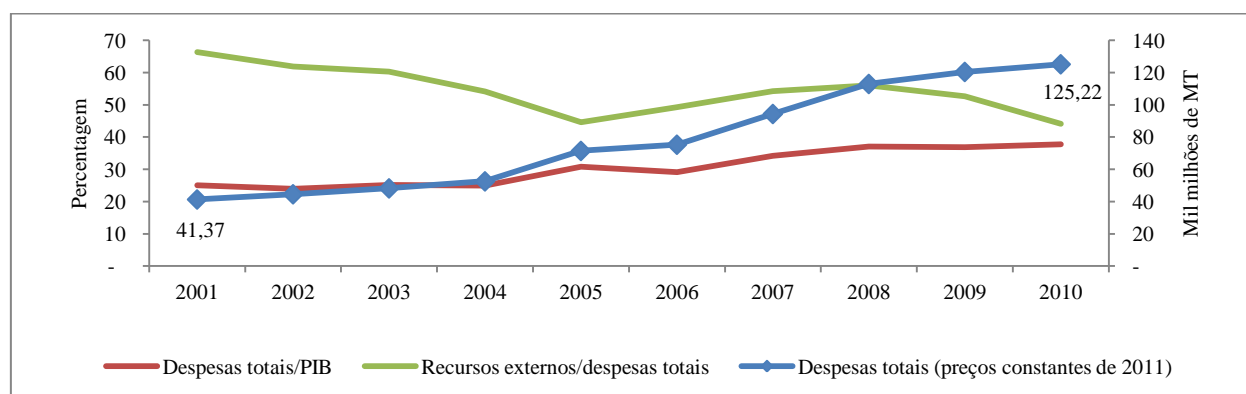
Toda a base estatística é substanciada em outros trabalhos parciais de um grupo de investigação da Universidade Politécnica sobre a economia de Moçambique. Fazem-se análises de política económica *ex post* (depois do facto).

As principais fontes estatísticas são internas (sobretudo do Instituto Nacional de Estatística e do Banco de Moçambique) e, no caso de lacunas de informação destas fontes, socorreu-se ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial.

## 4. POLÍTICAS POPULISTAS

### 4.1. Política fiscal

**Gráfico 1**  
**Alguns indicadores das despesas públicas**



Fonte: Orçamento Geral do Estado (OGE).

Do gráfico anterior constata-se:

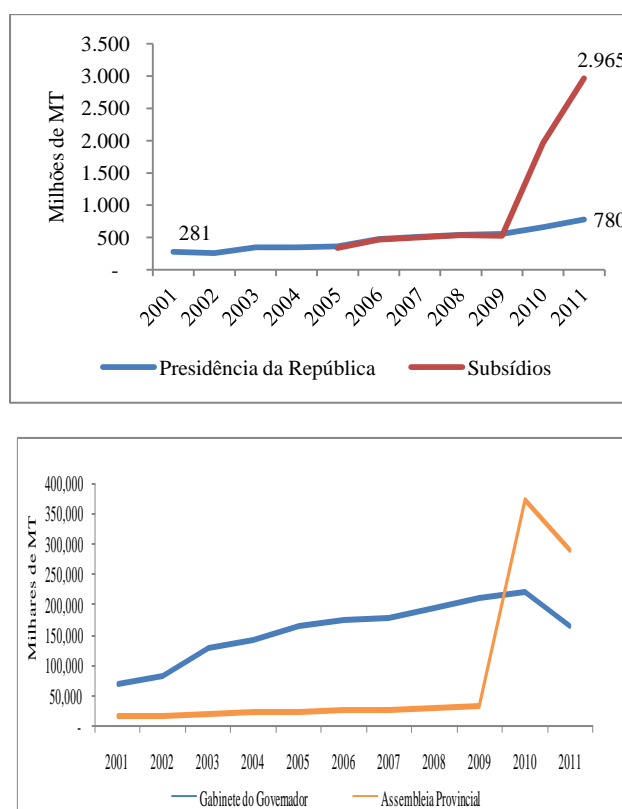
- Um aumento importante das despesas públicas, tanto em valor absoluto como em relação ao PIB.
- O elevado peso dos recursos externos na sustentação das despesas do Estado, com tendência decrescente.

- Um aumento da expansão das despesas totais e da relação destas com o PIB a partir de 2005.

As despesas que mais subiram nos últimos anos são as da presidência, gabinete de governadores e assembleias provinciais e os valores destinados aos subsídios (combustível e alimentos básicos). Deve-se considerar o baixo peso destas rubricas no orçamento do Estado: 1,7% para a presidência; 4% de subsídios; 1,1% para os gabinetes dos governadores; e, 0,7% para as assembleias provinciais.

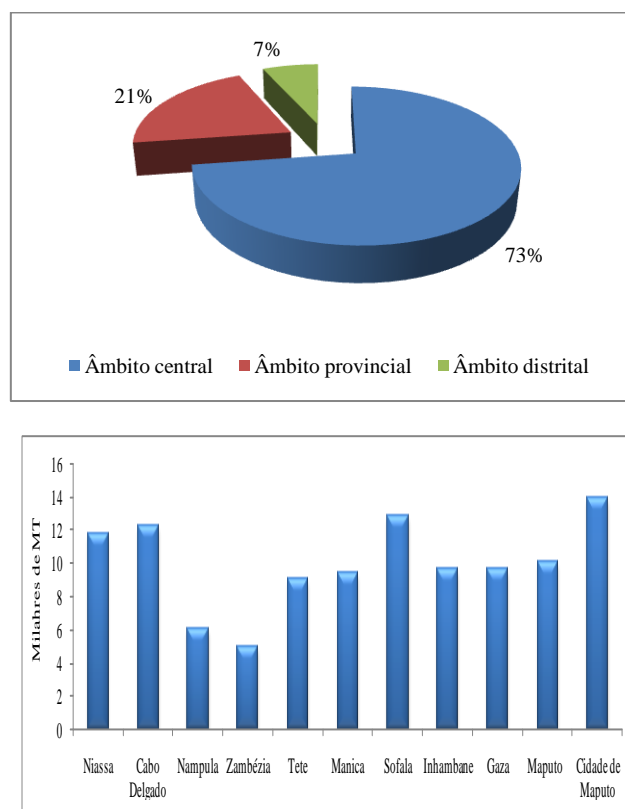
### Gráficos 2 e 3

Despesas públicas de funcionamento central (gráfico da esquerda) e provincial (gráfico da direita)



Fonte: Orçamento Geral do Estado.

**Gráficos 4 e 5**  
**Percentagem do orçamento alocado a nível central, provincial e distrital e orçamento provincial per capita, total de 2001 a 2012**



Nota: O orçamento per capita de cada província constitui o somatório de 2001 a 2012. Este foi dividido pela população por província referente ao ano de 2007 (último censo realizado).

Fonte: OGE para os orçamentos provinciais e INE para a população.

Observa-se nos dois gráficos anteriores uma elevada concentração dos gastos públicos nos órgãos centrais (mesmo que algumas despesas alocadas aos órgãos centrais sejam realizadas nas províncias, devido à baixa descentralização orçamental). As despesas provinciais (apenas orçamentos provinciais) evidenciam as alocações de dinheiros públicos por habitante, destacando-se pela negativa as províncias da Zambézia e Nampula e pela positiva a cidade de Maputo e as províncias de Sofala, Cabo Delgado e Niassa.

A partir de 2006 iniciou-se o processo de descentralização orçamental que abrange ainda um limitado número de distritos (embora em número crescente) e apenas em algumas rubricas do orçamento. Neste contexto enquadra-se o que se designa pelos fundos “7 milhões”. Existe controvérsia acerca da eficiência e eficácia desta medida. As posições favoráveis afirmam: (1) permite o acesso ao crédito a nível distrital onde não existem agências bancárias; (2) os procedimentos de acesso desta “linha” de crédito são mais “leves” (em termos de procedimentos e de garantias); e, (3) são possíveis

financiamentos a micro-iniciativas de actividades produtivas geradoras de emprego, o que seria difícil no sistema financeiro comercial. Os posicionamentos críticos referem: (1) o baixo nível de reembolso dos empréstimos (cerca de 5% a nível do país); (2) ausência de critérios económicos na concessão dos financiamentos duvidando-se dos resultados acerca do emprego e da produção gerada referidos nos relatórios oficiais; (3) excessiva pulverização dos recursos em actividades de pouco impacto local (devido à escala) e, sobretudo, sem capacidade de criação de sinergias e relações intersectoriais no território; (4) existência de critérios pouco transparentes e partidários na atribuição dos financiamentos, pretendendo-se reforçar as elites locais e criar clientelismo políticos/eleitorais; e, (5) não compete ao Estado desenvolver actividades de crédito.

A política orçamental revela expansão dos gastos públicos acima da capacidade da economia gerar recursos, a eficácia da administração é duvidosa e uma concentração dos recursos em Maputo (por via do orçamento dos órgãos centrais e pelo volume das despesas por habitante).

## 4.2. Política monetária

### a) Taxa de câmbio e inflação

A sobrevalorização da taxa de câmbio, implica necessária e directamente um incentivo às importações e um desincentivo às exportações<sup>9</sup>. No caso de Moçambique, existe a percepção de que a gestão deste instrumento tem sido no sentido da sobrevalorização<sup>10</sup>. As injeções de divisas que o banco central realizou em alguns momentos tiveram esse propósito. Nos finais da década em análise e em 2011 e 2012, a entrada significativa de capital em consequência do investimento directo estrangeiro (IDE), assegurou a valorização da moeda nacional.

A taxa de câmbio desvalorizada é favorável ao consumo (sempre que os bens sejam importados) e sustém o rendimento das famílias<sup>11</sup>. Se a percepção da valorização artificial do metical for real, os efeitos (alcançar os objectivos) são necessariamente de curto prazo<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> A taxa de câmbio é um dos instrumentos mais potentes na gestão macroeconómica pois é um meio de transmissão das medidas económicas sobre diferentes magnitudes da economia a nível macro e micro e a curto e longo prazo. Para o caso de Moçambique veja o estudo de Biggs (2011).

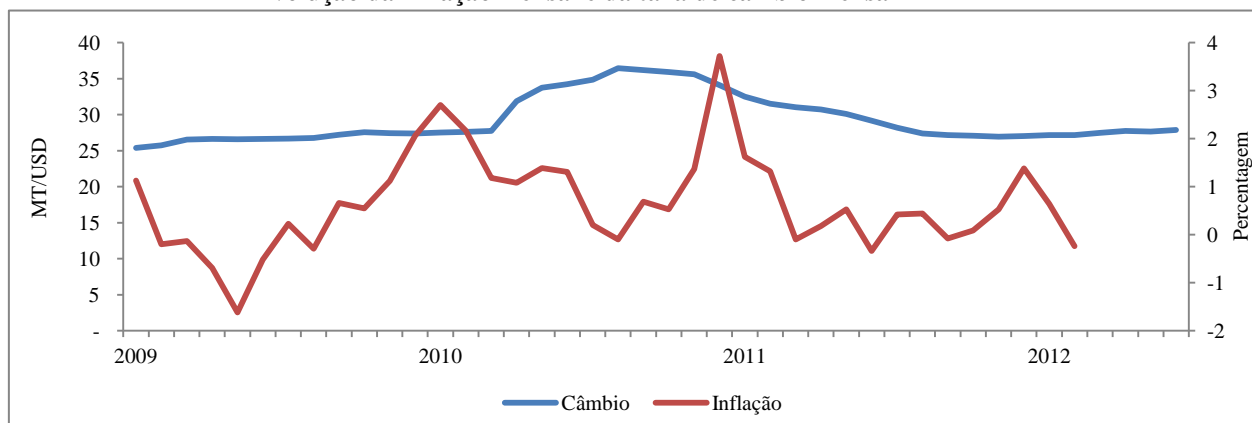
<sup>10</sup> Biggs (2011) confirma a sobrevalorização do metical durante as últimas duas décadas.

<sup>11</sup> A valorização do metical implica preços mais baixos no mercado interno dos bens importados devido ao efeito do câmbio sobre os preços na fronteira.

<sup>12</sup> Valorização artificial por não corresponder com a capacidade competitiva da economia nem com os interesses combinados dos exportadores e das importações, do equilíbrio da conta corrente externa entre

A taxa de câmbio da moeda local em relação ao dólar americano foi a seguinte:

**Gráfico 6**  
**Evolução da inflação mensal e da taxa de câmbio mensal**



Fonte: Banco de Moçambique para a taxa de câmbio e INE para inflação.

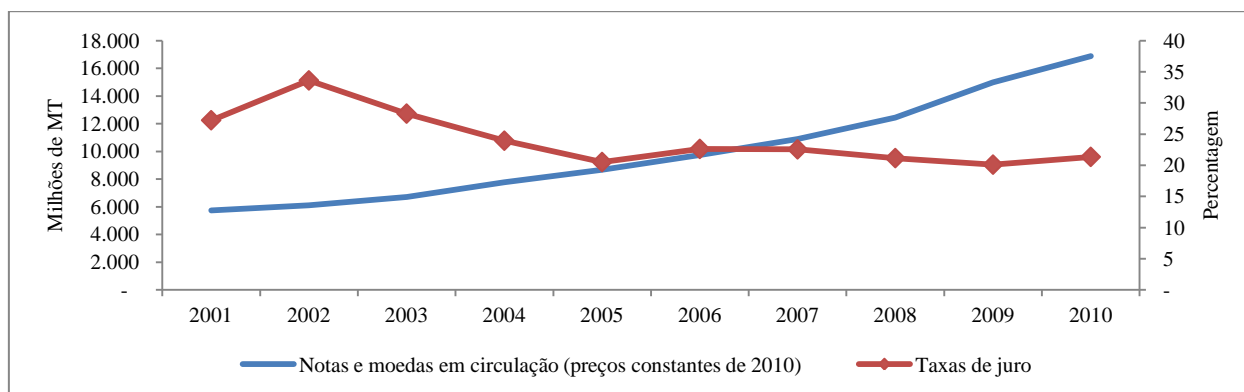
Pode verificar-se no gráfico anterior que uma taxa de câmbio entre os cerca de 25 e os 27MT/USD em 2009 coincide com uma subida da inflação o que provocou a desvalorização do metical a partir de Abril de 2010 para travar o consumo interno e fazer baixar a inflação<sup>13</sup>. Nesse período houve também um aumento das taxas de juro de referência para reduzir a procura de dinheiro no mercado interno e reforçar o efeito transmissor da taxa de câmbio. Assiste-se a uma nova subida da inflação não obstante o metical continuar desvalorizado (relativamente a 2009), o que pode ser justificado pela primeira “onda de choque” da crise internacional (subida dos preços do petróleo e dos transportes que coincidiu com um aumento de alguns bens alimentares importados e com peso na balança comercial). Seguiu-se um período de injeção de divisas no mercado pelo banco central seguido do influxo de capitais externos associados ao IDE que fez valorizar o metical e baixar a inflação. Numa primeira fase, a baixa da inflação foi reforçada pelo efeito desacelerador no crescimento económico provocado pela redução da demanda interna, diminuição da produção em alguns sectores e queda das principais exportações (por exemplo alumínio) – Mosca *et al* (2012).

outros agregados e variáveis macroeconómicas. É fundamentalmente artificial devido ao desequilíbrio do mercado interno, onde existem elevados défices de oferta, sobretudo em bens consumíveis pela maioria da população (alimentos, têxteis, materiais de construção civil, energia, etc.).

<sup>13</sup> A inflação durante a década 2001-2010, variou entre os 4% e os 16%, com alterações elevadas inter- anuais, Mosca *et al* (2012). A economia neoclássica defende que a inflação deve ser a mais baixa possível, com tendência para zero. Porém, o FMI que tem sido um dos defensores do controlo da inflação, tem-se mostrado mais flexível, sobretudo em políticas de contra ciclo recessivas de forma a evitar-se a preferência pela liquidez e criar investimento, emprego e oferta como meios de recuperação económica.

## b) Oferta monetária e taxas de juro

**Gráfico 7**  
**Taxas de juro e notas e moedas em circulação, a preços de 2010**



Nota: Escala da direita para taxas de juro.

Fonte: Banco de Moçambique.

O volume e moeda em circulação<sup>14</sup>, é coerente pelo menos parcialmente com o que se pode observar nos gráficos seguintes: (1) incremento dos salários acima da inflação; (2) aumento do crédito; (3) redução das taxas de juro; (4) aumento do PIB; e, (5) incremento de notas e moeda em circulação.

O volume de moeda em circulação (oferta monetária) aumentou ao longo de toda a década com particular incidência depois de 2003 e de 2008 (verifique as mudanças dos ângulos da curva), podendo confirmar-se a prática de políticas monetárias expansivas.

Que razões podem justificar a política cambial reflectida no primeiro gráfico? Apresentam-se algumas explicações:

- Manter as importações, sobretudo de alimentos consumidos nos centros urbanos em particular em Maputo a preços baixos, o que é reforçado pelo desarmamento alfandegário no âmbito da Southern African Development Community (SADC) de onde provém a maioria dos bens alimentares (África do Sul)<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Notas e moedas em circulação (M1): “moeda em poder do público (papel moeda e moeda metálica) + depósitos à ordem nos bancos comerciais. Meios de pagamento de liquidez”, <http://pt.wikipedia.org>, retirado a 6 de Julho de 2012.

<sup>15</sup> O desarmamento alfandegário foi realizado em muitos bens, como por exemplo nos alimentares. O esperado aumento da arrecadação de impostos através do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC) em consequência do aumento do comércio e de actividades produtivas, não compensou a perda de receitas dos impostos alfandegários, mesmo que as importações tenham aumentado. Várias razões o podem justificar: (1) o volume das variações em sentido contrário (mais e menos) da cobrança de impostos e do volume de importações foi negativo; (2)



- A valorização do metical não afecta as receitas das exportações das empresas multinacionais de recursos naturais (alumínio, carvão e gás) e das grandes empresas exportadoras por possuírem contas em divisas no sistema financeiro nacional, fazendo a gestão da moeda externa em função das flutuações do câmbio e das despesas locais. Estas empresas realizam grande parte dos seus pagamentos e recebimentos em território extra nacional<sup>16</sup> e possuem excepionalidades alfandegárias.

Pode sugerir-se que a gestão da taxa de câmbio tem por objectivo principal o controlo da inflação interna em particular dos bens alimentares consumidos principalmente nas cidades. Esta preocupação assume maior relevância após as manifestações da população de Maputo e Matola a 1 e 2 de Setembro de 2010. Mesmo que não tivesse havido redução dos preços alimentares em consequência da estrutura e diversas distorções dos mercados e, pode admitir-se que a valorização conteve de algum modo a inflação, ou, não a fez subir sem esta medida.

Verifica-se que a taxa de câmbio ao longo da década manteve-se em média em redor dos 28 meticais por dólar, supondo que se pretendeu, com este instrumento, contra balançar os possíveis efeitos inflacionários provocados pela persistente expansão do gasto público.

Nota-se ainda a ‘permissão’ do FMI na tolerância a taxas de inflação acima das que são recomendáveis. Este facto pode dever-se a três factores essenciais: (1) maior flexibilidade do Fundo relativamente à ortodoxia anti-inflacionista (obsessão pela

---

corrupção das alfândegas e nos postos fronteiriços (veja mais adiante, no pé de página 29); e, (3) circuito informal (e portanto sem pagamento de impostos) por onde circula parte significativa dos bens importados.

Não existe consenso sobre os efeitos das políticas de abertura de fronteiras económicas para as economias menos desenvolvidas e de menor dimensão e, sobretudo, quando existem vizinhos com economias muito mais desenvolvidas como é o caso da África do Sul. Os efeitos com sentidos diferentes, por um lado, a possível queda dos preços internos e de matérias-primas beneficiando principalmente os consumidores, e, por outro lado, a baixa competitividade da economia e a concorrência dos bens importados, pode desestruturar os sectores produtivos internos, com efeitos sobre o emprego e o rendimento das famílias e configurar a longo prazo processos desiguais de desenvolvimento e mecanismos de transferência de recursos entre as economias.

Uma perspectiva de longo prazo indica que os países hoje desenvolvidos, utilizaram fortes mecanismos de protecção ao longo da história. Mantêm esses mecanismos para os sectores não competitivos através de restrições às importações e subsídios internos. Sobre este assunto veja a obra de Ha-Joon Chang (2003). O autor escreve nas páginas 106-121: “quase todos os países bem sucedidos valeram-se da protecção à indústria nascente e de outras políticas ICT (políticas industrial, comercial e tecnológica) activistas quando eram economias em *catching-up* (em recuperação, em convergência real ...). Desmistifica ainda “o mito da Grã-Bretanha como economia livre-cambista do *laissez faire*” ou que “a Suécia nem sempre foi a pequena economia aberta que mais tarde veio a representar”. Chang afirma que a promoção da “indústria” nascente não beneficiou apenas de protecção nem esta foi a mais importante das políticas de promoção económica.

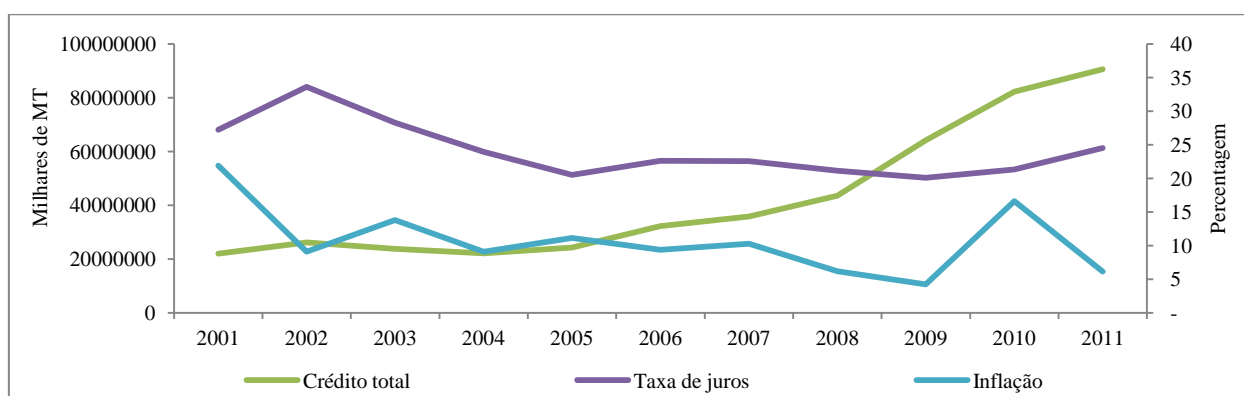
<sup>16</sup> Na maioria dos investimentos externos, grande parte do investimento, dos custos operacionais e dos recebimentos das exportações das multinacionais são realizados fora de Moçambique. No país entram ou ficam apenas os valores destinados ao pagamento dos custos internos (salários dos trabalhadores localmente recrutados, serviços diversos, *royalties*, impostos, etc.).

inflação); (2) aceitação das preocupações da governação relativamente ao custo de vida nas cidades com receio por tumultos; e, (3) garantidas contra partidas em moeda externa dos projectos de cooperação e do crédito aos grandes projectos.

### c) Crédito à economia

O crédito à economia, as taxas de juro e a inflação são elementos centrais da política monetária.

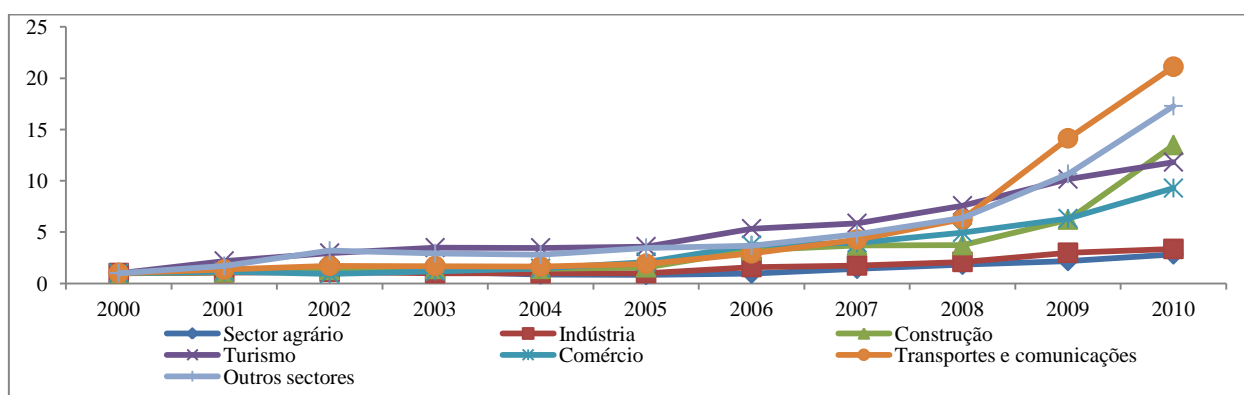
**Gráfico 8**  
**Inflação, taxas de juros e crédito total à economia**



Nota: O valor do crédito a preços constantes de 2011. Escala da direita para inflação e taxa de juros.

Fonte: Banco de Moçambique para o crédito e taxa de juros e INE para a inflação.

**Gráfico 9**  
**Evolução do crédito, 2000=1**



Fonte: Banco de Moçambique.

Os dois gráficos acima revelam:

- O crédito à economia cresceu rapidamente a partir de 2005 e particularmente depois de 2008, o que possivelmente contribuiu para o crescimento da inflação dos anos seguintes<sup>17</sup>.
- Os sectores que mais cresceram foram os serviços de “Transportes e Comunicações”, “Outros sectores” e “Construção”. “Outros sectores” refere-se principalmente ao crédito às famílias em habitação, veículos e outros bens. A esta rubrica foi destinado 33,7% do total do crédito concedido à economia entre 2001 e 2010, seguido do comércio com 22%.
- Segundo Mosca *et al* (2011) com base nos dados do Banco de Moçambique, o valor das importações de veículos ocupa a 4ª posição depois do petróleo (veja mais adiante).
- O crédito aumentou menos e absorveu menos recursos que os demais sectores, na agricultura e na indústria (os dois principais sectores produtores de bens materiais direccionados para o mercado interno).
- A taxa de juros de referência é bastante superior à inflação o que pode justificar-se, em parte, pelo elevado risco dos empréstimos. Em 2009 e 2010 verificou-se uma tendência de aproximação seguindo-se de um novo aumento do diferencial em 2011. Este comportamento deve-se principalmente a um ajustamento tardio dos bancos comerciais. O decréscimo da inflação em 2009 foi provocado principalmente pelos seguintes factores: (1) crise internacional e a consequente desaceleração do crescimento económico (efeito recessivo, momento em que o PIB desacelerou para um crescimento de 6,8%); (2) injeções de divisas pelo banco central, principalmente em 2009 e 2010, Banco de Moçambique (relatórios anuais), com o objectivo de sustentar a desvalorização do metical e consequente sustentação dos bens importados; e, (3) subsídios aos combustíveis, transportes públicos e a alguns alimentos básicos.

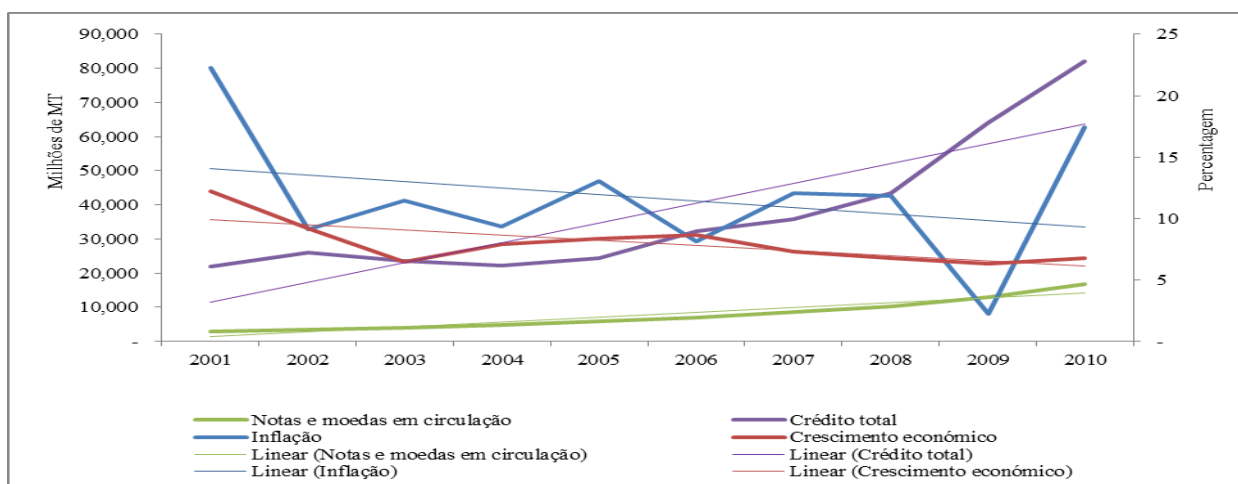
Pode concluir-se sobre a prática de políticas monetárias expansivas, que os sectores terciários e de consumo das famílias foram privilegiados. As famílias com acesso ao crédito são as que possuem garantias bancárias, portanto os empregados formais e os que possuem negócios por conta própria. Se assim for assumido, este grupo

---

<sup>17</sup> Considera-se que o factor mais importante da inflação de 2010 (cerca de 17,4%) foi derivado dos efeitos da crise internacional, como por exemplo os preços dos combustíveis, a queda das exportações e a consequente desvalorização do metical com efeitos sobre os preços internos dos bens importados e a subida dos salários verificada.

populacional não representa mais que 10% da população activa<sup>18</sup>. Induz-se assim que o crédito beneficia principalmente as elites ligadas à administração pública (dirigentes e técnicos) e as empresas (empresários e técnicos).

**Gráfico 10**  
**Relação entre instrumentos de política monetária e crescimento económico**



Fonte: BdeM para crédito e notas e moedas em circulação e INE para inflação e crescimento económico.

Segundo Mosca *et al* (2012) e Sonne-Schmidt, Channing e Mónica (2009)<sup>19</sup>, o crescimento económico está bastante influenciado por recursos externos e, devido a estes pelo Estado. Considera-se ainda que o crescimento económico deve ser analisado num contexto de ponto de partida do PIB muito baixo o que facilita as taxas elevadas de crescimento a médio prazo.

O gráfico acima revela não existirem relações entre crescimento e inflação (se retirada a inflação do anos de 2001 e de 2009, neste caso devido à crise internacional e o efeito recessivo com contracção da demanda interna). Se retirados os dois anos, as variações da inflação não se relacionam com alterações nos ritmos de crescimento. A evolução do PIB nem sempre é coerente com o aumento do crédito e da massa monetária o que pode revelar: (1) comportamentos atípicos dos mecanismos de transmissão das políticas sobre a economia real ou, desconhecimento das reacções da economia face à gestão

<sup>18</sup> Estima-se que possam existir menos de um milhão de assalariados (emprego formal) numa população activa (15 e mais anos e menos de 65 anos) superior a 12 milhões de pessoas (um pouco acima de 50% da população activa), segundo estimativas com base nas projecções demográficas do INE. A mesma fonte indica que 75% da população activa tem uma ocupação informal, 8% são empregados e 17% são desempregados. De forma simples pode calcular-se uma população activa assalariada (empregados) de menos de um milhão de pessoas (12 milhões em idade activa x 8% = 960 mil).

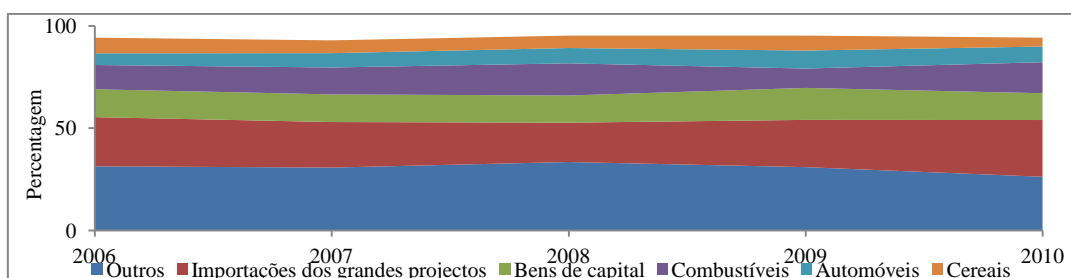
<sup>19</sup> Estes autores indicam que os grandes projectos contribuíram entre 1996 e 2006 com cerca de 12% da taxa de crescimento económico.

macroeconómica; (2) políticas não coerentes entre si, utilizando conjuntamente umas para contra balançar os efeitos de outras, como por exemplo entre a política fiscal e monetária; e, (3) motivações políticas que justificam políticas expansivas que constitui um dos argumentos deste texto.

Repete-se o anteriormente escrito, que o objectivo central do metical valorizado, incluindo com a injeção de divisas das reservas do banco central é o de sustentar uma inflação relativamente baixa de bens de consumo básico da população, sobre da cidade de Maputo. As importações provêm principalmente da África do Sul (produtos frescos – hortícolas, batata e da indústria alimentar), e de outras origens (trigo, arroz, carne, etc.). Para além do desarmamento alfandegário no âmbito da SADC, existem facilidades para os importadores e a percepção de grande corrupção nas fronteiras<sup>20</sup>. Antes das épocas festivas, os organismos públicos relacionados com o abastecimento de Maputo desmultiplicam-se em reuniões com os importadores e vendedores com o objectivo de programar as festas. Nestes momentos existem discursos “persuasivos” para que os comerciantes não aumentem os preços dos bens essenciais e existe um reforço da actividade fiscal contra o “açambarcamento”. Não se realizaram reuniões com os produtores nacionais.

O gráfico que segue revela que os combustíveis, automóveis e os cereais pertencem ao grupo dos cinco produtos com maior peso nas importações. Os combustíveis e parte dos cereais são subsidiados no mercado interno.

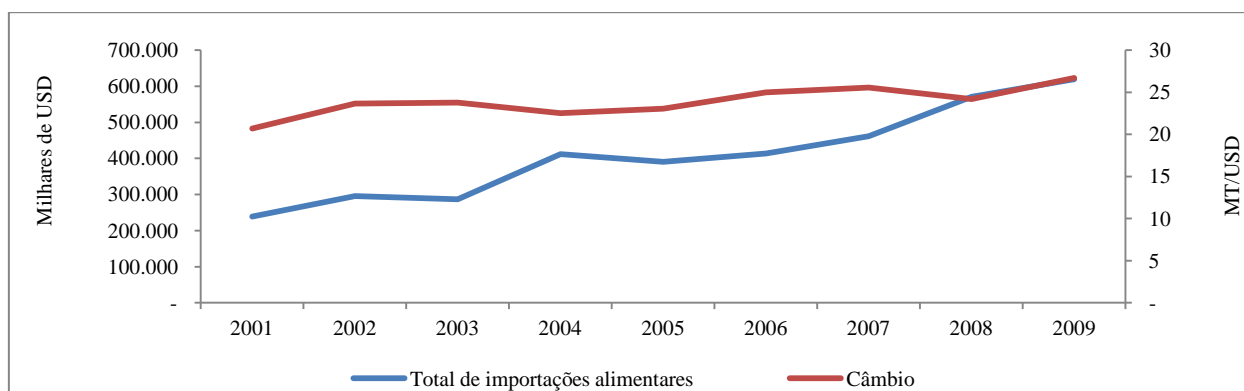
**Gráfico 11**  
**Principais importações moçambicanas, em % do total**



Fonte: Banco de Moçambique

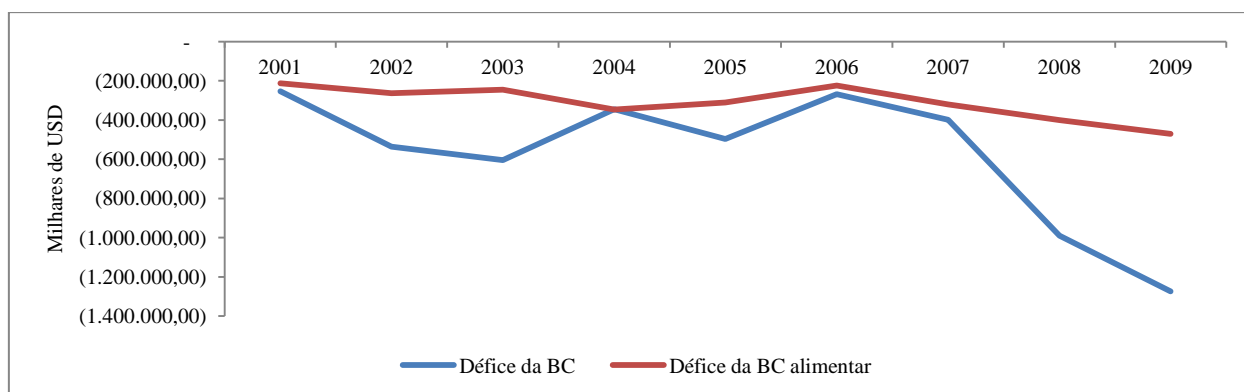
<sup>20</sup> Pode-se ler no documento de Marcelo Mosse e Edson Cortez (2006: 16): “...a corrupção nas Alfândegas era caracterizada pela facilitação do contrabando, pela má classificação das mercadorias e pela sua subvalorização. Por outro lado, práticas de extorsão também foram e têm sido relatadas nos meios de comunicação social ligando-as a funcionários que conseguem estar na posse de informação delicada sobre um caso de contrabando”. Após as reformas verificadas a partir de 2006 a corrupção baixou e as receitas aumentaram. No entanto persistem. O caso de Orlando José é paradigmático: “O assassinato de Orlando José, que dirigia o gabinete de Auditoria, Investigação e Informação nas Alfândegas de Moçambique, constitui, por si só, um grande revés na luta contra a corrupção, fuga ao fisco e branqueamento de capitais em Moçambique e mostra, de forma clara e inequívoca, o quão estão infiltradas as diferentes instituições do Estado pelo crime organizado, partindo das próprias Alfândegas e passando pela PRM, muito em especial o sector de Investigação Criminal”. O País, 05 de Maio de 2010.

**Gráfico 12**  
**Evolução da taxa de câmbio e das importações de alimentos, 2001 – 2010**



Fonte: Banco de Moçambique para taxa de câmbio e FAO para importações de alimentos.

**Gráfico 13**  
**Evolução do défice da balança comercial total e da balança comercial alimentar**



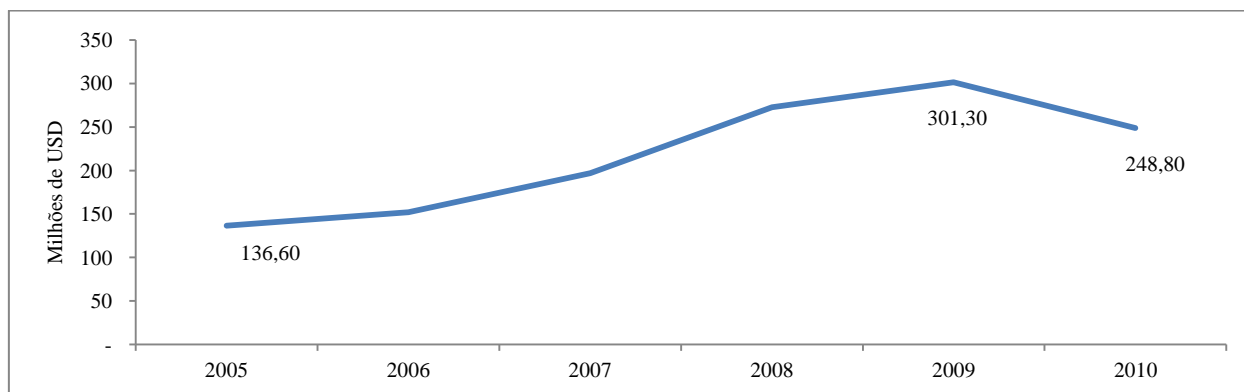
Fonte: FAO.

Os gráficos anteriores revelam uma das consequências de uma política expansiva e populista: agravamento do défice externo, que tem sido compensado com várias fontes, como por exemplo, perdão da dívida e financiamento externo da balança de pagamentos (financiamento, donativos e cooperação), Banco de Moçambique (vários anos). A partir de 2007 o défice da balança corrente e de capitais começa a ser coberta pela entrada de capitais relacionados com os grandes investimentos.

A importação de viaturas possui semelhante comportamento: aumento rápido a partir de 2006. O trânsito nas cidades exerce uma forte pressão sobre as infra-estruturas, poluição e tráfego caótico. A importação de alimentos não tem qualquer relação com a taxa de câmbio, pois existem períodos em que a desvalorização afecta as importações (redução) e em outros casos coincide com aumentos de importação. Significa que perante a

escassez da oferta interna não existe alternativa às importações cujos preços são em casos subsidiados.

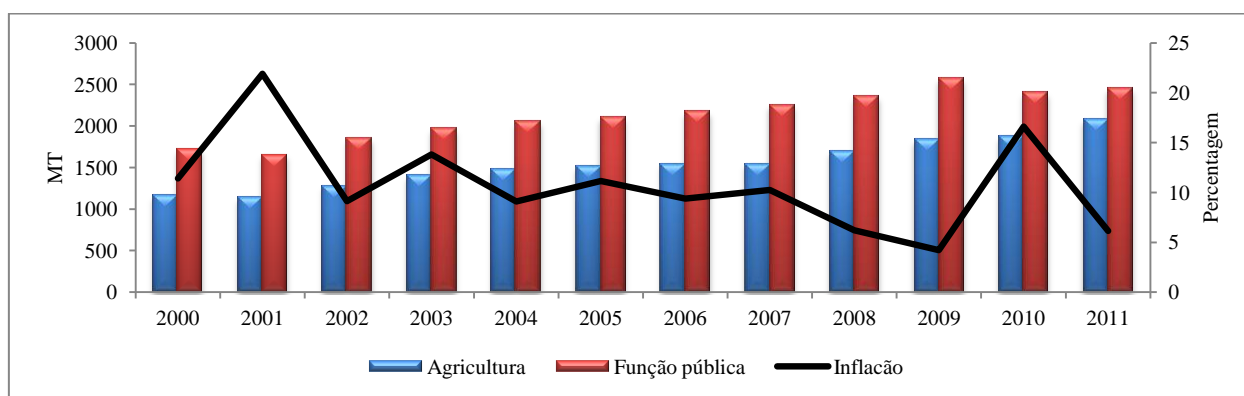
**Gráfico 14**  
**Valores despendidos na importação de viaturas**



Fonte: Banco de Moçambique.

### 4.3. Política salarial

**Gráfico 15**  
**Salários a preços de 2011 e inflação**



Fonte: Diplomas ministeriais publicados no Boletim da República para salários referentes à agricultura, Ministério do Trabalho para os da função pública e INE para a inflação.

Do gráfico anterior pode observar-se:



- Os salários dos empregados da função pública são sempre superiores aos dos trabalhadores rurais. Os diferenciais podem ser justificados, entre outras razões, por diferenças de produtividade entre sectores, o que não se sugere relativamente aos trabalhadores da função pública nem existem avaliações de desempenho destas variáveis. O argumento da qualificação não parece ser real pois o salário mínimo na função pública é auferido por trabalhadores não qualificados.
- O incremento da inflação entre 2000 e 2011 é, com excepção de dois anos (2001 e 2010), superior ao aumento do salário real nestes dois sectores.
- O custo de vida nas cidades mais elevado e as menores oportunidades de rendimentos não monetários no meio urbano (alimentos, casa, lenha e carvão, etc.). Nos restantes anos, o aumento salarial foi superior à inflação, fazendo aumentar o poder de compra dos assalariados dos dois sectores.

O aumento sistemático do salário real faz crescer a procura interna de bens essenciais, geralmente importados, fazendo que a balança comercial global e a alimentar tenham um défice crescente. Nada indica que o diferencial entre as duas variáveis seja resultante de aumentos de produtividade o que poderia equilibrar a oferta e a procura agregadas. Consequentemente, a política salarial pode ser uma das determinantes da inflação. As políticas salariais anti-inflacionistas, quando tomadas de forma rápida e com grande amplitude, fazem decrescer o salário real (observe-se no gráfico relativamente ao ano de 2010) o que, no caso moçambicano, esteve na origem dos tumultos de 1 e 2 de Setembro do mesmo ano.

Com excepção do ano de 2010, a evolução dos salários confirma o populismo económico e a política de *urban bias* (favoritismo urbano ou políticas pro-urbanas<sup>21</sup>) referida ao longo do texto, bem como a aliança com os servidores do Estado (veja mais adiante no ponto 5.3).

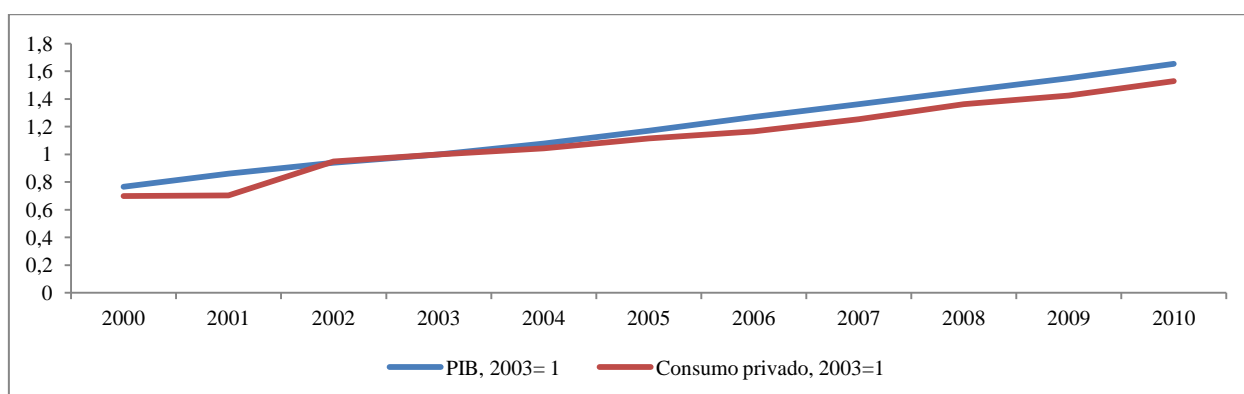
---

<sup>21</sup> São políticas que beneficiam os cidadãos devido à capacidade de pressão e reivindicação dos grupos sociais urbanos. Caracteriza-se pela concentração dos benefícios das políticas nos centros urbanos. Regra geral, distorcem o desenvolvimento económico e social aumentando as desigualdades sociais e espaciais, criam discontinuidades entre o urbano e o rural, fluxos migratórios (êxodo rural), marginalizam os residentes no meio rural, entre outros aspectos. Pode questionar-se se os subsídios aos cidadãos são socialmente justos, na medida em que a pobreza mais profunda encontra-se no meio rural. No contexto citadino os que mais beneficiam dos subsídios de combustível são os assalariados (geralmente os menos pobres dos pobres) que têm necessidade de transportes diários. Os subsídios aos bens alimentares importados são principalmente consumidos no meio urbano (trigo e arroz).

#### 4.4. Política de investimento

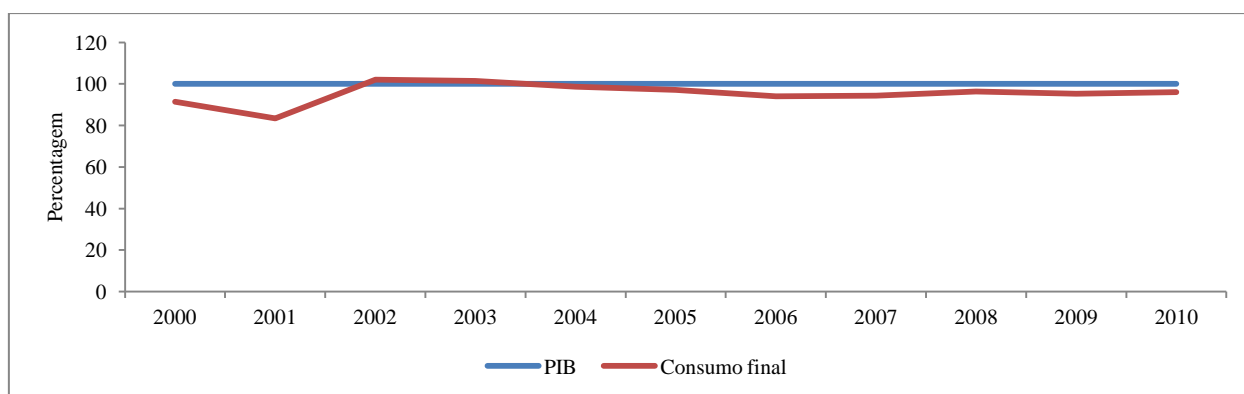
Apresenta-se primeiramente a balança de acumulação interna que revela a capacidade de investimento com financiamento em recursos domésticos (poupança). Seguidamente observa-se o volume do investimento aprovado no Centro de Promoção do Investimento (CIP) e finalmente a evolução do investimento público.

**Gráfico 16**  
**Crescimento anual do PIB e do consumo final**



Fonte: Banco de Moçambique.

**Gráfico 17**  
**Percentagem do consumo final sobre o PIB**



Fonte: Banco de Moçambique.

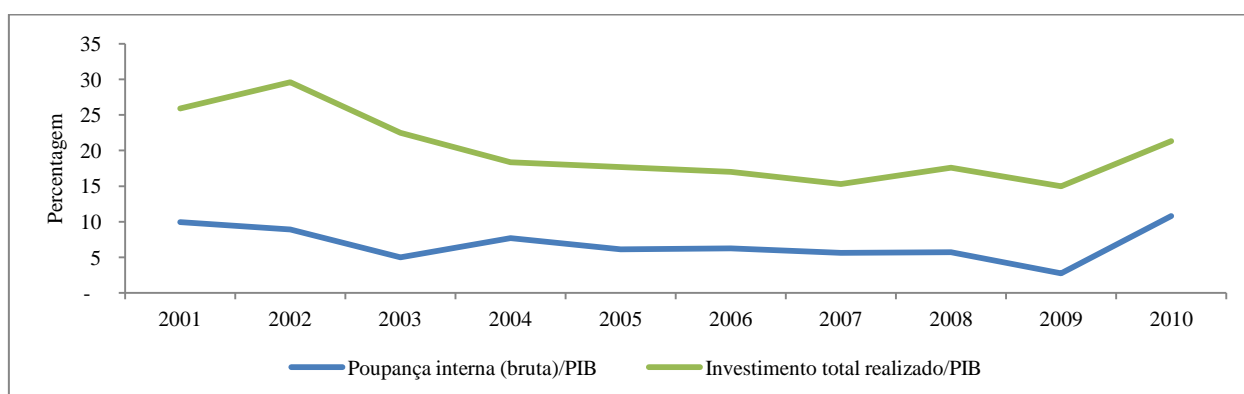
Dos gráficos anteriores observa-se:

- O crescimento do PIB é quase que totalmente absorvido por incrementos semelhantes no consumo.

- A poupança interna representa em média menos de 5% do PIB.
- Existe um elevado défice da balança de acumulação (poupança – investimento), que tem de ser financiado externamente (investimento directo estrangeiro, empréstimos e cooperação externa).

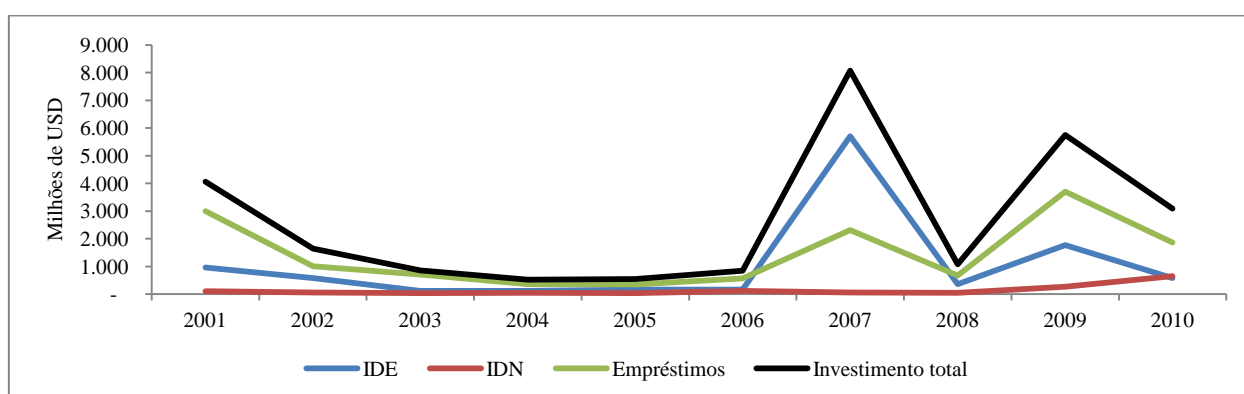
Estas observações justificam-se pelo baixo rendimento *per capita* verificando-se a lei de Engel. Podem ser acrescentadas outras razões, tais com os aspectos de natureza cultural, a cobertura territorial das instituições financeiras, as garantias e os procedimentos bancários e a literacia da maioria da população.

**Gráfico 18**  
**Balança de acumulação**



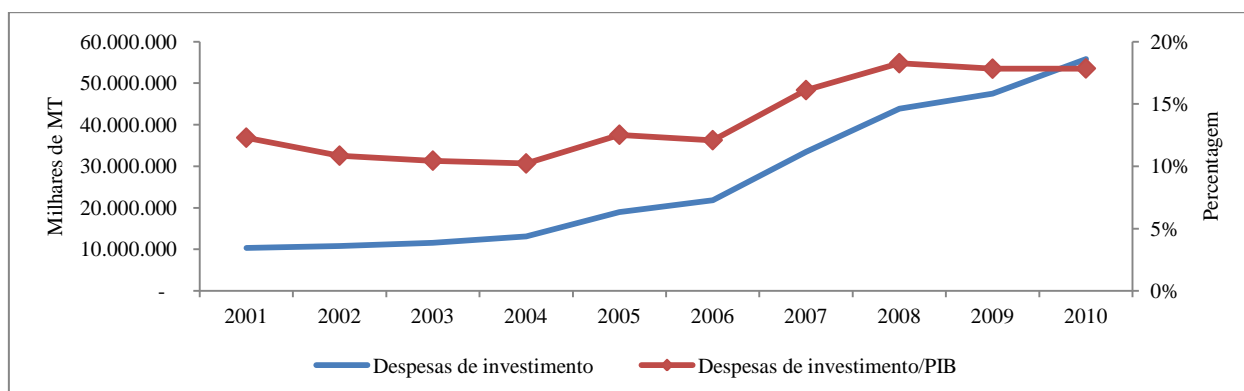
Fonte: FMI.

**Gráfico 19**  
**Investimentos aprovados pelo Centro de Promoção do Investimento (CPI)**



Fonte: CPI.

**Gráfico 20**  
**Evolução das despesas de investimento público a preços constantes de 2011**



Nota: Escala da direita para despesas de investimento/PIB.

Fonte: OGE (vários anos).

Os gráficos acima revelam:

- Desequilíbrio da balança de acumulação destacando-se a baixa poupança nacional e o investimento representando entre duas e cinco vezes mais a poupança (respectivamente nos anos de 2010 e 2009).
- O défice da balança de acumulação é coberto pelo IDE e empréstimos externos conforme se pode depreender dos gráficos 18 e 19. Embora os momentos de aprovação dos projectos sejam diferentes da execução dos mesmos ou não se concretizem, pode considerar-se que a médio e longo prazo exista um deslizamento da entrada de capitais (IDE e empréstimos), deduzindo-se que a partir de 2006 existiu um volume de investimentos mais elevado, o que é confirmado pelo influxo de capitais<sup>22</sup>.
- O investimento público possui um comportamento semelhante: crescimento ao longo do período analisado com aceleração a partir de 2005-2006.

Os volumes de investimento revelam uma grande injeção de recursos, sobretudo externos e em grandes investimentos. Mesmo que os efeitos multiplicadores<sup>23</sup> a nível

<sup>22</sup> A entrada de capitais, sobretudo do IDE, a partir de 2006 tem sido em volume suficiente para cobrir o tradicional défice da balança comercial e de capitais.

<sup>23</sup> Existe a frase “quando os EUA espirram, o resto do mundo constipa-se”, para representar como pequenos fenómenos numa economia potente e influente em contextos de sistemas abertos, pode provocar consequências na economia mundial através dos efeitos multiplicadores (neste caso com sinal negativo) e pelos níveis de assimetrias nas relações externas através do movimento de capitais, das flutuações bolsistas, do comércio internacional, do domínio tecnológico e das influências nas políticas económicas de terceiros países.

O livro Economia Borboleta de Ormerod (2005), utilizou-se metaforicamente a expressão “o abanar de uma asa de uma borboleta na China um furacão assola o Caribe”, que explica como a propagação

local e na economia internacional não sejam elevados, existem sectores que beneficiam mais, sobretudo nos transportes, comunicações, energia, hotelaria e restauração, imobiliária e construção civil<sup>24</sup>. O investimento estrangeiro produz expansão económica não apenas pelo incremento das exportações como ainda pelo incremento de actividades internas e aumento do emprego directo e indirecto, mesmo considerando que os grandes projectos sejam pouco geradores de emprego (tecnologias extensivas em trabalho ou, dito de outra forma, intensivas em capital ou pouco intensiva em trabalho)<sup>25</sup>.

Sobre o investimento estrangeiro há um velho mas actual debate que se sumariza nas seguintes transcrições: Nurkse (1951) afirmava: “O capital do tipo que se dirigiu para países subdesenvolvidos nos anos vinte, sob a forma de investimentos directos, foi aplicado principalmente na produção destinada à exportação. Muito pouco do mesmo foi empregue em manufacturas para o mercado interno dos países subdesenvolvidos”. Mais adiante, acrescenta: “Os investimentos estrangeiros, em vez de desenvolverem as economias de países agrícolas, serviram para enrijecer e fortalecer o sistema sob o qual esses países se especializaram na produção de matérias-primas e géneros alimentícios para exportação. Os investimentos estrangeiros, de acordo com este ponto de vista, têm tendido a promover um padrão de especialização baseado num esquema estático de vantagens comparativas no comércio internacional”. E acrescenta: “O capital estrangeiro, apenas pela razão de trabalhar para o mercado de exportação, não deve ser desprezado. Não só aumenta a capacidade de importação e exportação do país, mas também, contribui para o aparecimento, embora talvez apenas um aparecimento lento de vários tipos de economias externas – técnicas de trabalho e obras públicas – que mais cedo ou mais tarde não podem deixar de beneficiar o mercado interno”.

Economistas como Nurkse (1951) e Lewis (1954), advogavam que nos países em desenvolvimento a formação de capital deve assentar na transformação do desemprego

---

climática é caótica e influenciadas por múltiplas variáveis e por isso imprevisível por maior que seja a capacidade de complexos modelos de previsão matemática. Passando para a economia, significa que a economia mundial é de tal forma complexa com muitas variáveis de diversas naturezas que se inter-influenciam em múltiplas combinações, fazendo com que pequenas causas possam provocar importantes crises na economia mundial, que se propagam de forma imprevisível quanto à sua amplitude e dimensão dos efeitos.

<sup>24</sup> Mosca e Selemene (2011), revelam o crescimento de algumas actividades económicas em Tete e Moatize em consequência dos investimentos que se realizam no carvão em Moatize e no norte da província na cultura do tabaco. No primeiro caso, a procura é, sobretudo, de serviços de hotelaria e restauração, consultorias, transporte de passageiros de curta distância, camionagem, oficinas e manutenção, serviços bancários, trabalhadores especializados, comércio informal de produtos de origem local, sobretudo gado bovino, caprino e batata, etc. No segundo caso, a actividade económica é dinamizada pelo aumento do rendimento dos pequenos produtores de tabaco, cujos reflexos na cidade de Tete não são tão fortes, na medida em que o principal efeito se produz nos distritos e localidades onde os pequenos produtores produzem esta cultura.

<sup>25</sup> Os grandes investimentos realizados em Moçambique, são intensivos em capital. Por exemplo, no sector mineiro, em média, o valor do investimento por emprego gerado é de 4,6 milhões de dólares americanos, cerca de 200 mil nas telecomunicações, entre 80 e 120 mil USD nos sectores da agricultura, indústria, turismo e hotelaria, e construção civil

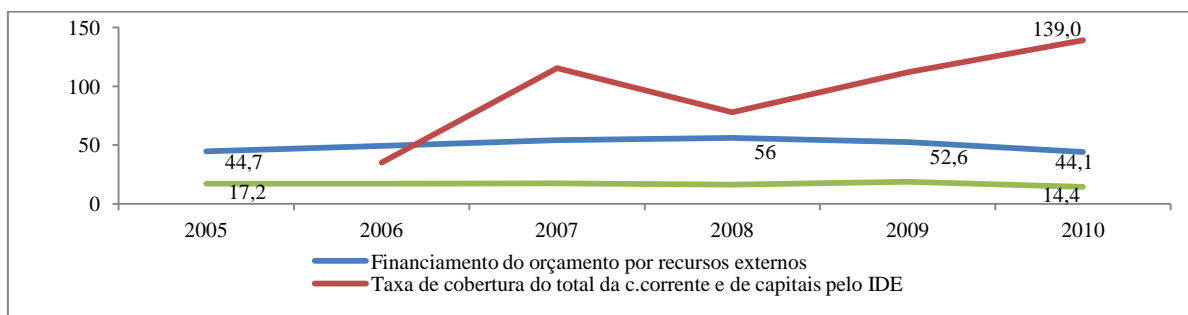
disfarçado<sup>26</sup> nas actividades primárias em poupança potencial através do aumento da produtividade na agricultura e libertação de mão-de-obra para investimento na formação de capital. Em economias não densamente povoadas, seria necessário um equilíbrio entre as actividades de capital e trabalho intensivo de forma que os excedentes provocados pelo aumento da produtividade não se convertam principalmente em mais consumo mas, sobretudo, em mais capital.

Pode verificar-se, tal como para o conjunto do orçamento, um incremento acentuado do investimento (sobretudo estrangeiro) ao longo de toda a década e em particular depois de 2005 e 2006. O primeiro enunciado acima transcrito de Nurkse, há mais de 60 anos, possui grande relevância e actualidade em Moçambique.

#### 4.5 Recursos externos e cooperação

Os gráficos a seguir representam: (1) o peso dos recursos externos em algumas contas macroeconómicas; e, (2) a distribuição desses recursos pelos diferentes sectores da administração pública.

**Gráfico 21**  
**Peso dos recursos externos nas principais contas macroeconómicas (em percentagem)**



Fonte: OGE para financiamento do orçamento por recursos externos, Banco de Moçambique para taxa de cobertura, ODAmoz Mozambique Donor Atlas 2008 para o volume de cooperação e INE para o PIB.

26

Lauro Monteclaro ([http://lauromonteclaro.sites.uol.com.br/Meus\\_Artigos/Desemprego\\_Estr\\_Disfar.htm](http://lauromonteclaro.sites.uol.com.br/Meus_Artigos/Desemprego_Estr_Disfar.htm)), retirado a 3 de Agosto de 2012, define como desemprego disfarçado quando “o indivíduo não está formalmente desempregado, mas a sua renda e a de outros que fazem o mesmo trabalho, não cessa de cair. Isso ocorre porque o seu “mercado” se estreita de forma dramática. Há duas formas básicas de “desemprego disfarçado”: a do empregado que recebe *por produção* e a do *empresário sem lucro*, ou na expressão de Robert Kurz os *Eu, S.A.* ou *patrões de empresas de miséria*”. Na literatura especializada sobre a agricultura, é comum tratar-se este conceito como o dos *tempos ociosos* para significar os períodos em que o trabalho agrícola se reduz devido à sazonalidade da produção ou em consequência da divisão do trabalho no seio da família, onde alguns membros (geralmente o homem), possuem poucas funções no trabalho dos campos, ou melhor, existe uma divisão sexual do trabalho.

Observa-se um importante peso da cooperação que tem baixado depois de 2008 e um aumento rápido da entrada de capitais externos associados aos grandes investimentos. A entrada de capitais externos associados ao IDE cobre a conta corrente e de capitais tornando positivos os saldos dessas mesmas contas.

Há redução e mudanças na natureza da cooperação pelas seguintes razões principais:

- Crise nos países com maiores prestações financeiras para a cooperação.
- Alteração política nos países desenvolvidos.
- “Cansaço”/”saturação” dos doadores que cooperam há mais de três décadas.
- Dúvidas acerca da eficácia da cooperação, Plataforma Portuguesa das ONGD (2011)<sup>27</sup>.
- Questionamento acerca de irregularidades eleitorais<sup>28</sup>.
- Corrupção persistente no Estado.
- A não existência de consenso sobre as políticas governamentais no que respeita ao desenvolvimento inclusivo, à redução da pobreza e das desigualdades sociais e, conseqüentemente, com um padrão de acumulação concentrada.
- Recursos da cooperação beneficiam principalmente a formação de elites burocráticas e rendeiças associadas e aliadas do poder.

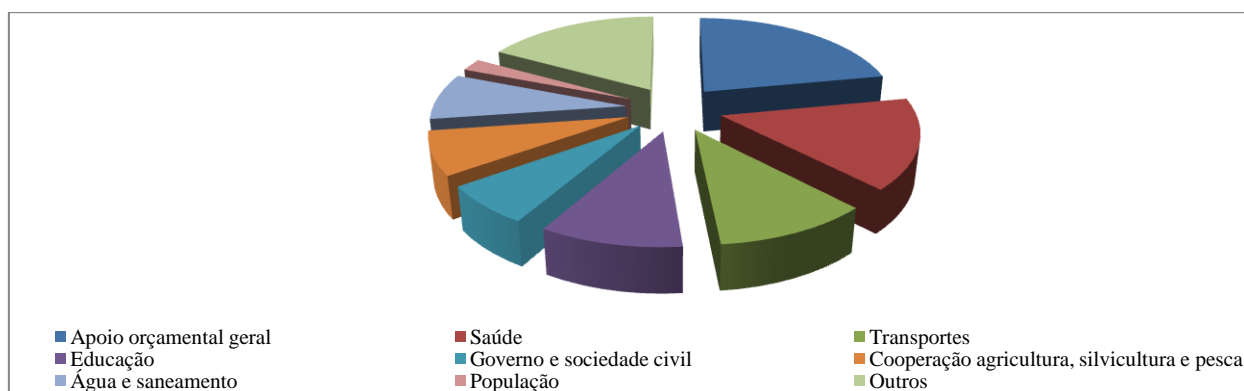
---

<sup>27</sup> Veja a Declaração de Paris (publicação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - IPAD). No caso de Moçambique, o exemplo do Programa Nacional do Desenvolvimento Agrícola (PROAGRI) é paradigmático. Sobre este particular veja os documentos do Grupo Moçambicano da Dívida (2004), do Ministério da Agricultura (2004) e de Cabral (2009).

<sup>28</sup> Existem muitas irregularidades nos processos eleitorais que em alguns casos incomodam os doadores. As eleições de 2009 revelaram esse facto que levou a algumas declarações rígidas de alguns embaixadores.



**Gráfico 22**  
**Distribuição da cooperação por sector (total entre 2005 e 2010)**



Fonte: Calculado a partir de informação retirada de ODAmoz (2008).

Do gráfico anterior pode observar-se:

- O orçamento do Estado é o principal beneficiário, representando 22% do total da cooperação entre 2005 e 2011. O caso do PROAGRI I é paradigmático<sup>29</sup>.
- A educação e saúde incluem pagamento de docentes e de funcionamento das escolas e dos centros de saúde do Estado. O mesmo pode afirmar-se relativamente à rubrica “Governo e sociedade civil”.

Segundo a mesma fonte, entre 2005 e 2011, cerca de 66% (em 2005) e 75% (em 2010) dos recursos da cooperação ficaram concentrados nos órgãos centrais do Estado. No total dos 7 anos estudados, 72% desses recursos tiveram o mesmo destino. Em termos de volume da cooperação por habitante, a província de Sofala, seguida de Niassa, Cabo Delgado e da cidade de Maputo foram as que mais receberam. As que menos beneficiaram foram as províncias de Nampula e da Zambézia.

A entrada de grande volume de recursos externos, o peso de um ou poucos bens exportados e a entrada massiva de capital do IDE acarreta o risco da *dutch disease* (doença holandesa). Um leve “sintoma” semelhante aconteceu aquando da crise do 2009 com a descida das exportações e dos preços do alumínio que contribuem com mais de 60% das exportações moçambicanas. A partir de 2007, a entrada massiva de investimentos e de empréstimos externos dirigidos aos recursos naturais (principalmente

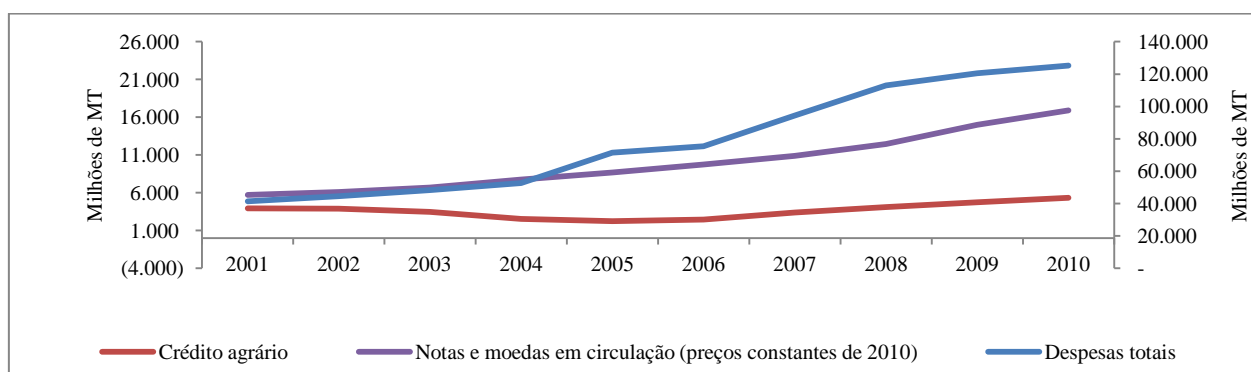
<sup>29</sup> O PROAGRI I esteve em execução entre 1999 e 2005. As principais componentes dos gastos foram as seguintes: desenvolvimento institucional, com 66,4 milhões de USD (43,5%) do total; produção agrícola 40,7 milhões de USD (26,7%); a investigação gastou 18 milhões de USD, 11,8% do total. As outras componentes menos beneficiadas foram: extensão rural (5%), gestão de terras agrícolas (4,6%), floresta e fauna bravia (3,8%), pecuária (2,9%) e irrigação (1,8%). Os órgãos centrais do MINAG utilizaram 56% dos fundos do PROAGRI I. Com base em documentos oficiais e estudos de avaliação ao programa (veja os textos anteriormente referenciados sobre o PROAGRI).

carvão, gás, areias pesadas, prospecção petrolífera e florestas) e infra-estruturas associadas ao escoamento dos minerais, tem permitido a valorização da moeda nacional. São riscos em relação aos quais não existem sinais do estabelecimento de sistemas de segurança por parte do Banco Central. Franco (2011), sugere, tal como em muitos países, a constituição de um fundo soberano de riqueza que constitui, essencialmente, em reservas de divisas para assegurar uma maior estabilidade da moeda nacional e da capacidade de importações (poupança em divisas) para fazer face à volatilidade cambial e a momentos de menores entradas de moeda externa<sup>30</sup>.

### 5.1. Populismo económico

Os gráficos abaixo sintetizam e fundamentam uma das hipóteses deste texto. Na primeira década do século XXI foram praticadas políticas económicas populistas que se caracterizam pela gestão macroeconómica que visa criar ciclos de crescimento (fase de expansão com medidas pro-cíclicas) dificilmente sustentáveis a longo prazo (ou com elevado risco). Segundo a teoria, os gráficos abaixo não deixam dúvidas sobre a natureza expansiva das políticas monetárias e fiscal aplicadas principalmente depois de 2005.

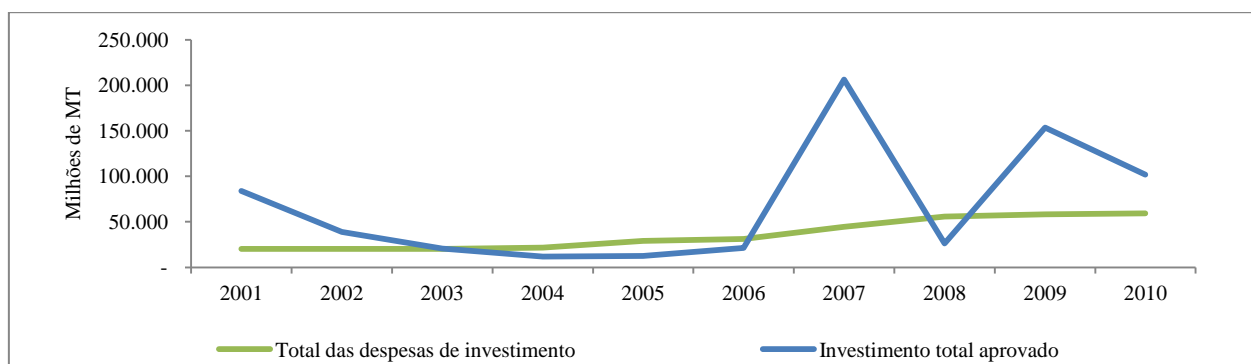
**Gráfico 23**  
**Crédito agrário, notas e moedas em circulação e despesas totais (do orçamento)**



Fonte: Banco de Moçambique para crédito e notas e moedas em circulação e OGE para despesas totais.

<sup>30</sup> Franco sugere a constituição de um fundo no momento em que estão a entrar elevados valores em divisas provenientes do IDE, dos empréstimos, da cooperação e ajuda internacional.

**Gráfico 24**  
**Investimento público e total do investimento aprovado**



Fonte: OGE para o total das despesas de investimento e CPI para o investimento total aprovado.

Além do populismo e de modo articulado, existe a gestão económica como forma de defesa e reprodução do poder. Mosca (2012:118) afirma: “Os casos apresentados são apenas dois exemplos de uma grande lista ao longo de várias décadas<sup>31</sup>. A lógica da maximização da defesa e reprodução do poder é feita sistematicamente à custa da menor eficiência económica. Não se pretende defender o economicismo puro e duro. Nem tão pouco a descontextualização da política económica com a sociedade e os interesses políticos, internos e externos. Mas quando a economia é sistematicamente esquecida ou secundarizada, o resultado está à vista: crise económica de longa duração, pobreza e desigualdades sociais, dependência e subserviência, má governação e corrupção”.

O populismo económico é selectivo porque os recursos são escassos e uma parte significativa da acumulação centra-se no exterior com limitados benefícios internos. O aumento da pobreza<sup>32</sup>, o agravamento do índice de Gini, a fraca capacidade de geração de emprego dos investimentos intensivos em capital, as políticas de *urban bias* e a natural maior capacidade de atracção de investimento e de actividades económicas com maior produtividade dos centros urbanos, fazem que haja uma maior percentagem de população pobre no meio rural, para além das menores oportunidades de negócio<sup>33</sup>.

<sup>31</sup> No texto referenciado são apontados como exemplos os “7 milhões” e a valorização artificial do metical em 2009 e 2010. Outros exemplos do passado são mencionados, como “a construção da barragem de Cahora Bassa e dos regadios no vale do Limpopo, os arruamentos nas periferias das cidades ou, mais remotamente, a mudança da capital da Ilha de Moçambique para a então Lourenço Marques. Mais recentemente, por exemplo, o encerramento da fronteira com o ex-Rodésia do Sul, o papel das empresas estatais e as políticas de *urban bias*”, Mosca (2012: 116).

<sup>32</sup> É comum dizer-se que estatisticamente a pobreza estabilizou entre 2005 e 2008 a uma taxa de 54,1 e 54,7% respectivamente. Porém, se for introduzido o efeito do crescimento demográfico, pode estimar-se um aumento da pobreza em cerca de 2,8 milhões de pessoas, Mosca *et al* (2012). Isto é, o crescimento económico de entre 6 e 8% durante o mesmo período é gerador de mais pobreza.

<sup>33</sup> Os dados da 3ª Avaliação Nacional da Pobreza, Governo de Moçambique (2010), indicam uma taxa de pobreza rural maior que nas cidades (56,9% e 49,6% respectivamente), menores desigualdades sociais (0,367 e 0,581 do coeficiente de Gini), um agravamento da pobreza no meio rural (passou de 55,3% em

Os dados estatísticos revelam claramente a concentração de recursos e de serviços nas empresas e nos cidadãos nos centros urbanos, certamente de uma constante presença de mecanismos de transferência de recursos do campo para a cidade e para o exterior. A longo prazo, estes fenómenos justificam as desigualdades de desenvolvimento entre os espaços rural e o urbano. Conforme se verifica na secção 5.3, o populismo beneficia, sobretudo, os grupos sociais que constituem o suporte do poder político e económico.

Ao contrário do que refere a literatura económica, Moçambique tem adoptado políticas pró-cíclicas (fiscais e monetárias expansivas) em período de crescimento económico com forte intervenção do Estado. Esta realidade pode ser justificada, porque:

- O tecido económico empresarial é débil e insuficiente para ser o motor do crescimento económico<sup>34</sup>.
- O défice público interno é coberto por recursos externos, não produzindo os efeitos negativos associados a situações deficitárias prolongadas, embora seja necessário considerar os riscos do financiamento do Estado por donativos.
- Importância do investimento que compete principalmente ao Estado, como é a construção de infra-estruturas, a prestação de serviços públicos básicos e outros que se constituem em monopólios naturais.

A literatura refere a importância dos investimentos públicos na criação do capital fixo produtivo e da injeção de recursos externos (IDE, ajuda para o desenvolvimento e tecnologia), na formação de capital humano<sup>35</sup> e na saúde<sup>36</sup>. Outras abordagens teóricas entram as questões do subdesenvolvimento nos factores externos de natureza política, social, da democracia, do legado colonial (dependência da trajetória - *path dependence*-, segundo os institucionalistas) e das relações de troca internacionais<sup>37</sup>. Existe o enfoque principalmente das organizações financeiras internacionais, sobre o ambiente de negócios, das políticas internas desajustadas e as formas de “resistência”

---

2002-03 para 56,9% em 2008-09) enquanto, no mesmo período, uma redução de 51,5% para 49,6% no meio urbano.

<sup>34</sup> Veja o Censo às Empresas em Moçambique, (INE, 2002)

<sup>35</sup> Acrescenta-se à formação do capital humano, que este seja de qualidade e, portanto, competitivo, para além do capital de conhecimento resultante da investigação das sociedades, da investigação adaptativa (aquela que ajusta tecnologias já existentes e importadas) e aquela que valoriza o património de conhecimento e de recursos locais.

<sup>36</sup> Não será por acaso que estas são as alocações mais volumosas do orçamento do Estado em Moçambique onde pode sugerir-se a “influência” das instituições de Bretton Woods e dos parceiros internacionais. Uma obra que pode ser considerada uma síntese destas perspectivas do desenvolvimento, pode ser *O Fim da Pobreza* de Jeffray Sachs, também conhecida como a “economia clínica” onde se sugerem “terapias de choque”, isto é, a aplicação rigorosa (rígida), rápida e com alterações de grande amplitude de políticas de ajustamento estrutural.

<sup>37</sup> Sobre a teoria da dependência veja por exemplo alguns dos autores mais representativos como Arrighi Emmanuel (1969), Celso Furtado (1961 e 1964), Gunder Frank (1975 e 1979), Immanuel Wallrestein (1975 e 1989), Paul Baran (1957), Samir Amin (1975 e 1989) e Theotónio dos Santos (1970 e 2000).

aos choques da economia internacional e da volatilidade dos preços nos mercados internacionais e a corrupção. Questões como a liberdade económica, Sen (2000 e 2011) e as políticas pro-pobres, Yunus (2006), são outras formas de abordar o desenvolvimento dos países em desenvolvimento.

## 5.2. Mercado selvagem

Após a experiência “socialista ” com a aplicação do Programa de Reabilitação Económica (PRE) a partir de inícios de 1987, adoptaram-se medidas de liberalização que representaram mudanças rápidas e de grande amplitude<sup>38</sup>. Os mercados interno e externo liberalizaram-se, os processos de privatização aconteceram de forma caótica e sem estratégias alternativas, a criação do empresariado nacional teve as mesmas características acrescidas da politização através da promiscuidade da política, dos negócios e da corrupção.

Existiram importantes alterações nas funções do Estado. Transitou-se de um Estado de planificação central, com forte intervenção no mercado e sobre os agentes económicos (lado da oferta), sobre a distribuição (procura), o controlo na alocação dos recursos (mercado de factores), dos processos de acumulação e sobre as relações externas. A partir de 1987, configurou-se um Estado constituído por técnicos e funcionários sem formação e experiência para a gestão económica de mercado e com elevadas inabilidades para o exercício das novas funções.

A transição entre os dois sistemas económicos foi rápido e anacrónico (“selvagem”). Os exemplos mais evidentes associam-se com as privatizações e a não emergência de uma classe empresarial de mérito, não protegida (protecção económica e politização), empreendedora e que aprecie ambientes concorrenciais.

As reformas legislativas e a adaptação do sistema judiciário não acompanharam a necessidade de regulação e sancionamento das ilicitudes que tiveram início (ou continuidade com maior frequência e gravidade). São os casos mais mediáticos do assassinato de Carlos Cardoso que investigava situações de alta corrupção, de Siba-Siba Macuacua que tinha sido colocado no Banco Austral pelo Banco de Moçambique após os escândalos financeiros e o assassinato de um alto funcionário da Autoridade Tributária. Em 2011 e 2012 começaram a ser frequentes assassinatos de rua e raptos de empresários cujas liberdades têm como contra partida avultados valores de resgate a serem depositados no estrangeiro e cujo desfecho policial não é geralmente conhecido<sup>39</sup>.

<sup>38</sup> Para um estudo sobre a aplicação, modelo e primeiros resultados do PRE, veja Abrahamsson e Nilsson (1994), Mosca (1999 e 2005), Pitcher (2002 e 2003) e Tarp (1994 e 2000) e Wuyts (1991).

<sup>39</sup> O relatório da Open Society Initiative for Southern Africa apresentado em Maputo em Julho de 2012, revela que Moçambique encontra-se em 27º lugar de entre os países avaliados com mais assassinatos do mundo e a 12ª em África, retirado de Canalmoz nº 760 de 27 de Julho de 2012. A mesma fonte diz que

As lacunas legislativas abrangem ainda a não previsão de taxas tributárias sobre as mais-valias obtidas (ou se prevêem não são aplicadas), por exemplo, nas transacções de concessões de explorações mineiras como aconteceu entre a Rio Tinto e a Riversdale, empresas ligadas à extracção de carvão em Tete, entre outros casos. Ou ainda o incumprimento do princípio da não-transaccionalidade do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) camuflado como pagamento de infra-estruturas ou benfeitorias investidas pelos concessionados que trespassam o DUAT, Hanlon (2002) e Serra (2012). Ou, apenas para não enumerar muitos casos, as omissões legais para sancionamento de crimes contra a natureza e exportação ilícita e tráfico de madeira, como foi o caso do escândalo dos contentores no porto de Nacala em 2012.

A promiscuidade entre política e negócios reflecte-se na inexistência de uma legislação sobre conflito de interesses entre funções públicas e privadas<sup>40</sup> ou da não declaração do património e dos rendimentos de pessoas que exercem altos cargos do Estado<sup>41</sup>. São conhecidos muitos casos de acumulação de funções parlamentares com o desempenho de cargos de delegados do governo em empresas públicas ou com participação do Estado. Frequentemente são conhecidos casos de corrupção de funcionários públicos ou de abuso do poder e peculato sem que, na maioria dos casos, existam processos judiciais e respectivos resultados nem consequências políticas.

O Estado possui grandes dificuldades de fiscalização da actividade económica facilitando comportamentos económicos ilícitos. O caso da exploração madeireira está suficientemente documentado e conhecido, Mackienzy e Ribeiro (2009), Justiça Ambiental e União Nacional de Camponeses (2011) e German e Wertz-Kanounnikoff (2012)<sup>42</sup>, entre muitos. A quase completa dizimação da fauna bravia foi assistida sem acções governativas<sup>43</sup>. Está confirmada a incapacidade fiscalizadora do aparelho de

---

Maputo é a quarta cidade mais violenta de entre as 91 avaliadas pela mesma organização, (depois de Kampala, Beirute e Tirana).

<sup>40</sup> Mosca (2012: 59), afirma: “Apresento um caso interessante de como se podem formar grupos de interesse com relações perversas entre política e negócios através de uma empresa pública. Um determinado sector dominado por uma EP monopolista, privatizou algumas actividades e foi constituída uma empresa com interesses de algum(s) alto(s) dirigente(s). O gestor ou director da empresa privada constituída é um familiar próximo de um membro do actual Conselho de Administração (CA) da tal empresa pública. Esse sector possui interesses de um determinado país A. O dirigente da empresa privada, irmão do membro do actual CA, possui responsabilidades diplomáticas desse país A em Moçambique. O(s) alto(s) dirigente(s) conhece(m) bem o sector e têm interesses nesse país A”

<sup>41</sup> “Responsáveis ao mais alto nível desprezam e não cumprem consciente e abusivamente a lei 6/2004 que no seu artigo 4 define a declaração de bens e valores que exige às pessoas na posse e exercício de funções públicas com competências decisórias no aparelho de Estado, nas empresas e instituições públicas, assim como a posse dos representantes do Estado nas empresas privadas participadas pelo Estado”, Mosca (2012: 69).

<sup>42</sup> O trabalho de German e Wertz-Kanounnikoff (2012) apresenta grandes diferenças entre o volume de exportação de madeira para a China declarado pelas autoridades moçambicanas e o volume importado de Moçambique constante nas estatísticas oficiais da China.

<sup>43</sup> A Gorongosa, foi então um dos parques de caça mais famosos do mundo, um dos ícones de Moçambique, uma fonte de receitas em divisas e um importante empregador na região. Em 2006, os efectivos representavam as seguintes perdas em relação à existência em 1972: elefantes, 89%; hipopótamos, 97%; búfalos, 100%; zebras, mais de 99%; leões, 90%; elandes, 90%; impalas, 50% e



Estado associado às minas com a inexistência de laboratórios e técnicos especializados, Mosca e Selemane (2011). É já conhecida a falta de fiscalização da actividade pesqueira industrial que resultou numa redução do *stock* da fauna marítima (principalmente de crustáceos)<sup>44</sup>. São muitas as manifestações da riqueza de funcionários públicos e dirigentes do Estado sem que existam instrumentos jurídicos que permitam iniciar de processos de averiguação da origem dos patrimónios.

Não poucas vezes são detectados e conhecidos casos de tráfico de pessoas e de droga, Unesco (2006)<sup>45</sup>. O governo dos Estados Unidos da América identificou e revelou a identidade de um moçambicano como “barão da droga” sem que iniciativas de averiguação tivessem tido lugar pelas autoridades locais alegando não haver qualquer denúncia ou situação que permita a abertura de processos correspondentes. A *Wikileaks* revela telegramas confidenciais da embaixada norte-americana em Maputo, que envolvem altos dirigentes do Estado no tráfico de droga. Igualmente as suspeitas sobre a recepção de milhões de dólares aquando do “negócio” de Cahora Bassa<sup>46</sup>.

Os contratos entre o governo de Moçambique e as multinacionais para a exploração de recursos naturais são secretos, não obstante a pressão de organizações internacionais e da sociedade civil moçambicana<sup>47</sup>.

Os parágrafos acima são elucidativos sobre as lacunas legislativas e a morosidade do aparelho judicial, sobre a pouca transparência na gestão de contratos com as multinacionais, a existência de vários tipos de tráfico pouco averiguados e na maioria dos casos sem julgamento, a existência de situações graves de conflito de interesses entre cargos públicos e privados, a resolução de contendas comerciais à mão armada e a existência de crimes por motivações económicas sem resultados policiais. A quantidade e frequência destas situações fazem perguntar se prevalece uma situação de corrupção endémica ao sistema de poder e económico e/ou incapacidade e incompetência na resolução dos problemas.

---

kudus, 50%, em Mosca (2010), com base em dados de dados apresentados na conferência proferida por João Viseu no Seminário sobre a Economia de Sofala realizada na Universidade Jean Piaget, na Beira, a 23 e 24 de Setembro de 2008.

<sup>44</sup> As licenças hoje para a pesca de crustáceos são inferiores aos da década dos anos 80 e 90, sendo isso justificado pela perda do *stock* devido ao excesso de captura durante esse período. Por exemplo, a quantidade capturada de crustáceos cresceu entre 2000 e 2004 em 2,3% e entre 2005 e 2008 decresceu em média -7,6% (Ministry of Agriculture and SAKSS (2011: 63).

<sup>45</sup> Outros relatórios mais recentes reafirmam esta situação.

<sup>46</sup> O jornal português o Diário de Notícias de 9 de Dezembro de 2010 escreve que o “Presidente da República de Moçambique terá recebido uma comissão entre 35 e 50 milhões de dólares no negócio da compra da Hidroeléctrica Cahora Bassa a Portugal, revelou o portal WikiLeaks, citando telegramas da embaixada dos EUA em Maputo”, indicando quais os bancos e pessoa(s) envolvidas nas transacções financeiras.

<sup>47</sup> Moçambique tem sido reprovado nas tentativas de validação dos relatórios para inscrição como membro do ITIE (Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva), em 2011. Sobre este assunto veja Selemane e Nombora (2011).



Alguns dos aspectos institucionais referidos podem ser ou não agravados em função da democraticidade dos centros de decisão política e económica. Os níveis de autismo e arrogância podem constituir simultaneamente um mecanismo auto protector perante os segmentos de população ou da intelectualidade que não possuem posicionamentos coincidentes. Estes comportamentos estão ainda associados a atitudes autoritárias e de exclusão camufladas em discursos depreciativos com designação de “apóstolos da desgraça”, “saudosistas”, antipatriotas e outros semelhantes.

Não menos importante é a deterioração da ética. Os comportamentos económicos e sociais como o não cumprimento de contratos, dar o dito por não dito, o significado das expressões “deixa lá, está a desenrascar, é o tempo dele” ou “o cabrito come onde está amarrado” (ou onde o amarram), são reveladores de sociedades em reconfiguração de valores estando-se possivelmente num período de transição desequilibrado onde “tudo vale”.

O exposto nesta secção parece ser coincidente com a definição de uma economia selvagem. Pode mesmo questionar-se se a articulação entre a economia (agentes económicos e mercados) e o Estado na configuração de uma economia selvagem, é ou não favorável aos objectivos do reforço do poder assente em bases económicas que articula interesses económicos e elites políticas em fase inicial de acumulação sobretudo com base na busca de renda (*rent-seeking*), fazendo que se esteja a formar uma economia moçambicana baseada na renda, Brito (2009).

O Estado utiliza as empresas públicas para a aplicação da política económica, neste caso para a política populista em contexto de mercado selvagem. As empresas e instituições públicas secundarizam muitas vezes a racionalidade empresarial em favor da prestação de favores políticos ao governo como é, por exemplo, a influência sobre os preços de mercado para a manutenção do custo de vida baixo nas cidades (caso dos TPM aquando dos tumultos de 1 e 2 de Setembro de 2010), a prática de preços abaixo dos custos dos transportes ferroviários de passageiros<sup>48</sup>, a política monetária praticada em algumas ocasiões pelo Banco de Moçambique para a sustentação da moeda nacional, os mecanismos de distribuição dos “7 milhões”, entre outros exemplos. A partidarização das instituições públicas (incluindo das universidades<sup>49</sup>) é uma realidade e uma forma de criar mecanismos de fidelidade, com implantação de relações assentes no medo social e na chantagem política (pressão para que os funcionários, sobretudo os dos

---

<sup>48</sup> Declaração do ex-Presidente do Conselho de Administração da Empresa Caminhos de Ferro de Moçambique em entrevista televisiva aquando das comemorações do 100º aniversário da estação ferroviária de Maputo.

<sup>49</sup> “Existe partidarização nas IES com a presença de células de partidos e universidades de natureza religiosa. Os reitores das universidades públicas, além de serem nomeados pelo Presidente da República, possuem “estatuto” de ministro com semelhantes mordomias. Quando existem cerimónias com as universidades é dado lugar protocolar diferenciado aos reitores das universidades públicas em particular ao da UEM, numa clara mensagem de representação hierárquica, o “mais próximo”, ou sentido de posse”, Mosca (2012c).

escalões médios e altos sejam membros do partido no poder). Estes aspectos revelam que se está em presença de um Estado neo-patrimonialista.

### 5.3. Alianças do poder

Ao longo do texto pretendeu-se demonstrar como as políticas económicas beneficiaram grupos populacionais específicos: a elite no poder ou com ela relacionada (empresários do ou associado ao poder político) e os funcionários públicos. Os cidadãos, sem pertencerem ao quadro de alianças, surgem como objecto de políticas assistencialistas para evitar-se situações graves de instabilidade social mantendo uma crise de baixa intensidade e que seja funcional com o capital<sup>50</sup>.

No final da década está a configurar-se uma nova arquitectura das relações externas. A cooperação externa assistencialista e veiculado principalmente com o apoio directo ao orçamento do Estado, está a ser substituída por uma cooperação económica entre países e pelo capital internacional através dos grandes investimentos. São sinais desta percepção os seguintes:

- Os benefícios fiscais e as excepionalidades legais (por exemplo na lei do trabalho) concedidas às multinacionais.
- A não intervenção do Estado em situações de conflito entre as multinacionais e as populações, como são os exemplos amplamente reportados e já estudados dos reassentamentos e a ocupação de terras nas zonas de exploração mineral e de plantio de florestas.
- A não transparência dos contratos entre o governo e as multinacionais.
- Os rumores de corrupção.

A figura abaixo revela o triângulo de alianças triangular: poder e burocracia (funcionários), cooperação e capital externo, sendo os cidadãos beneficiários dos diferentes tipos de subsídios e da concentração de serviços públicos, mas não aliados. Além destes, configuram a política de *urban bias*, a concentração dos serviços prestados por empresas públicas monopolistas que oferecem serviços subsidiados aos

---

<sup>50</sup> Mosca (2009) define crise de baixa intensidade: Uma crise que mantenha alguma estabilidade política que permita a extracção desses recursos e que, simultaneamente, corrompa as elites locais com o objectivo de evitar iniciativas nacionalistas e patrióticas que reivindiquem que esses recursos devam beneficiar em primeiro lugar os respectivos povos. Mais adiante acrescenta: Face ao exposto, pode sugerir-se que a estratégia para grande parte do continente africano é reduzir a pobreza com o mínimo de recursos, sem que, no entanto, exista a emergência de economias desenvolvidas que alterem as agendas económicas e políticas, tanto internas aos países desenvolvidos como no quadro das actuais reconfigurações da divisão internacional do trabalho e dos (des)equilíbrios da natureza e da extracção e utilização dos recursos naturais não renováveis e mesmo alguns renováveis (terra e água).

consumidores, como é o caso da energia e da água canalizada e dos transportes públicos, além de outros anteriormente mencionados.

Em relação aos funcionários públicos e aos empregados no sector formal da economia, predomina ainda o que se designa por relações de trabalho paternalistas Hernandez (1998; 2000) caracterizadas pelo “modelo de gestão ...que emana deste contexto da economia informal. O termo paternalismo é utilizado como metáfora para compreender as relações entre empregadores e empregados através das relações entre pais e filhos”. ... “Trata-se de uma prática que consistia na disponibilização aos trabalhadores de um conjunto de benefícios sociais (relacionados por exemplo com a alimentação, com a habitação, com a saúde ou até com a escolarização), em troca de reduzidos índices salariais e que perpetuassem a sua dependência em relação à empresa”, Feijó (2008:5). Ainda na mesma página, o autor adianta: “Por seu turno, no contexto económico africano, encontra-se um terreno profícuo para a manutenção do sistema paternalista. Por um lado, trata-se de um modelo que se adapta com maior facilidade a contextos sociais de cariz colectivista, marcados pela maior importância da família e do grupo. Por outro lado, num sistema marcado pela debilidade ou ausência do Estado Providência, a empresa emerge como um espaço protector dos cidadãos, capaz de proporcionar o mínimo de segurança e de compensar um contexto socialmente precário”.

**Figura 1**  
**Alianças do poder**



Fonte: Elaboração própria.

Nos últimos anos (sobretudo depois de 2007) verifica-se um incremento da entrada de capital do IDE e de empréstimos relacionados com os grandes investimentos. Por outro lado, após 2009, assiste-se a uma redução da entrada de recursos da cooperação. Isto é, está-se em presença de uma mudança qualitativa nas relações económicas internacionais

o que modificará as relações de força das alianças externas: a principal dependência económica e política governamental poderá ser substituída pela primazia da dependência em relação às multinacionais.

Não pertencem a este jogo de alianças os pequenos produtores agrários (camponeses), a economia informal e os pequenos e médios empresários sem ou com poucas ligações ao poder. Pode-se considerar alianças políticas e económicas com as elites locais (no meio rural), o que é fundamentado pela forma de alocação dos fundos conhecidos como “7 milhões”, electrificação de distritos (isto é das vilas e das capitais) sem consumo nem projectos previstos que compensem o investimento realizado com a electrificação<sup>51</sup>. Outras alternativas energéticas mais baratas poderiam ser encontradas, como pequenas barragens, energia solar (para consumo caseiro de pequena escala) e energia de centrais de gasóleo.

A inclusão das alianças económicas internas é fundamental para a estabilidade política e a endogeneização do desenvolvimento. Isso é possível com políticas de desenvolvimento rural que aumentem o rendimento das famílias onde a produção alimentar é importante no combate à pobreza que tem como pilar principal a desnutrição. Mais de 70% população tem como principal fonte de rendimento a agricultura que produzem em parcelas de pequena dimensão. O aumento de rendimento deste grupo populacional implica a melhoria de vida dos mais pobres e mais equidade social e territorial. Esta estratégia é possível com a alocação de mais recursos à agricultura, com políticas onde o Estado surge como influenciador e até agente económico sobretudo na prestação de serviços às empresas e às famílias (alargamento da prestação de bens públicos – saúde, educação e informação - com aumento de qualidade), investimentos públicos em infra-estruturas produtivas e de comunicações, na redução das distorções dos mercados (melhoria do ambiente dos mercados) e em acções que assegurem a utilização sustentável dos recursos, neste caso da terra, água, floresta, fauna bravia e pescas<sup>52</sup>.

O crescimento endógeno introduz uma abordagem diferente sobre a intervenção do Estado através do modelo AK de Romer (1986) e posteriormente desenvolvido por Rebelo e por Ramsey-Cass-Koopmans (modelo RCK), que é o do crescimento

---

<sup>51</sup> O estudo de Mulder e Tembe (2007), para o caso do distrito de Ribáué revela que o investimento possui um retorno económico positivo quando existe alguma unidade que consuma elevadas potências de energia, como é o caso da fábrica de algodão. Os autores concluem ainda que existe um limitado impacto sobre as pequenas actividades privadas informais e sobre o consumo doméstico. Para que existam efeitos positivos sobre estes consumos e sobre a actividade económica de pequena escala são necessários investimentos complementares.

<sup>52</sup> É conhecido que o desenvolvimento do meio rural e da agricultura nos países desenvolvidos foi muito suportado com recursos do Estado para investimentos em infra-estruturas, subsídios de diferentes tipos, políticas de crédito, protecção aduaneira, suporte do rendimento das famílias e empresas públicas na prestação de alguns serviços, como por exemplo na comercialização, constituição de *stocks* de segurança alimentar e estabilização de preços, entre outras. Existem muitas obras acerca deste tema. Para um resumo, veja por exemplo Comissão Europeia (2010) e Vicente (2012).

endógeno isto é, um modelo onde “o crescimento é explicado pelo próprio modelo, ao contrário do modelo neoclássico, onde o crescimento é um dado exógeno”<sup>53</sup>.

Para o efeito, além da alocação de recursos públicos, são necessárias políticas económicas não adversas ao sector agrário e ao meio rural, como por exemplo, a taxa de câmbio sobrevalorizada, o rápido desarmamento alfandegário, concentração dos gastos públicos nos meios urbanos e em particular nos órgãos centrais, entre outras<sup>54</sup>. Considera-se rápido pelo tempo de aplicação e amplitude da medida e, principalmente, em relação à capacidade temporal de ajustamento da economia e dos sectores abrangidos às novas condições de mercado e da concorrência.

A indústria necessita ser reactivada através de pequenas e médias empresas geradoras de emprego, sem secundarização dos sectores que produzem bens para o mercado interno (indústria alimentar e de bebidas, têxteis e confecções, materiais de construção civil, fertilizantes, embalagens). A industrialização de substituição de importações exige políticas específicas semelhantes às referidas para o sector agrário. Para que a industrialização se localize nos locais que permitam maior economicidade<sup>55</sup>, onde seja possível criar mais relações intersectoriais e multiplicadores na economia, importa criar factores de atractividade para o investimento, como a redução dos custos de transporte e de transacção, a melhoria do ambiente de negócios da economia<sup>56</sup> e dos mercados, a descentralização administrativa, entre outras reformas económicas e administrativas.

## 6. CONCLUSÃO

A prática de políticas do que se designa por populismo económico fica demonstrada através de políticas monetárias e orçamentais expansivas, ajustamentos salariais acima da inflação e taxas elevadas de investimento, sobretudo quando incluído o IDE. A natureza populista reforça-se se for considerado que as políticas expansivas são

---

<sup>53</sup> “Este salto é dado com uma alteração de perspectiva sobre o capital. Com o modelo AK, Rebelo assume que o capital da função produção do país é a soma do capital físico e do capital humano, havendo assim rendimentos constantes à escala, e, por consequência, crescimento económico. Para uma breve consulta sobre o modelo AK, veja Filho e Carvalho (2001).

<sup>54</sup> Não existe consenso sobre a prioridade da agricultura. Os processos históricos indicam que a industrialização substituiu o peso e importância económica e política da agricultura. A criação de excedentes económicos permitiu a mudança de fase (Marx, Rostow e Lewis) em processos naturais ao mesmo tempo que a urbanização e a indústria absorvem o excedente de mão-de-obra gerado pelo aumento da produtividade agrícola. Para um debate sobre a importância da agricultura, as políticas adversas ao sector as razões da não priorização da agricultura e do meio rural em Moçambique, veja Mosca (2012a).

<sup>55</sup> Recordem-se as economias de escala e de aglomeração associada à estratégia dos pólos de desenvolvimento de Perroux e da estratégia de substituição de importações.

<sup>56</sup> Para um resumo sobre o ambiente de negócios em Moçambique e evolução nos últimos anos, veja Mosca *et al* (2012).

sustentadas por recursos externos (ao orçamento do Estado, no investimento e no financiamento da balança de pagamentos) e não através da riqueza gerada pela economia nem em receitas públicas. O populismo económico é também aplicado através da instrumentalização de empresas públicas com decisões económicas politizadas.

As consequências destas opções foram verificadas ao longo da década: aumento do défice da balança comercial com crescentes importações, agravamento da dependência, variabilidades conjunturais elevadas na taxa de câmbio, incremento do défice público (sem incluir os recursos externos que financiam o orçamento geral do Estado), secundarização dos sectores produtivos que produzem para o mercado interno e consequente priorização das exportações dos grandes projectos com marginalização do tecido produtivo “tradicional” e externalização do padrão de acumulação. Existem claros sinais do aprofundamento da estrutura dual da economia. O modelo de crescimento não é endógeno.

O mercado selvagem está presente devido às dificuldades do Estado regular e fiscalizar a economia. Pode considerar-se que o mercado selvagem resulta da adopção de políticas neoliberais na versão mais “pura e dura” de forma mesclada com a intervenção do Estado na economia através de empresas públicas com o objectivo de assegurar serviços aos cidadãos de forma subsidiada e em sectores não rentáveis ou com ineficiências que exigem por um lado, défices e subsídios de e para as empresas e, por outro, o financiamento de actividades do Estado e partidárias “fora do orçamento”, principalmente com base nos recursos da cooperação. O mercado selvagem resultante da aplicação mecanicista de políticas neoliberais possui suporte ideológico dominante na governação manifestada, por exemplo no discurso sobre a saída da pobreza<sup>57</sup> responsabilizando o indivíduo e consequente desresponsabilização do Estado das suas políticas. Neste contexto, pode-se sugerir que a debilidade do Estado para exercer as suas funções de regulação e fiscalização é também um propósito.

As políticas populistas configuram alianças económicas e políticas com a cooperação e, recentemente, com o capital multinacional, verificando-se uma mudança na dependência e nas estratégias da cooperação por parte dos parceiros externos. As alianças internas estão associadas com as *numenklaturas* e com alguns sectores empresariais com ligações dos aparelhos do partido no poder e do Estado e com os cidadãos através de subsídios e concentração recursos nas cidades (principalmente na capital do país), como forma de defesa e reprodução do poder. Está emergindo, ou em processo de reforço, a constituição de uma elite rendeira (*rent-seeking*) e predadora.

Os camponeses e trabalhadores rurais, os pequenos e micro empresários formais e informais não constituem bases de alianças do poder. Estão, na sua grande maioria, excluídos do modelo de crescimento e do padrão de acumulação, o que se reflecte na

---

<sup>57</sup> Sobre este assunto veja Brito (2009a).



evolução da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, comparado com os centros urbanos entre 2003 e 2008.

Finalmente, todos os indicadores utilizados revelam que as políticas expansivas tiveram maior incidência depois de 2005 e 2006, o que coincide com um ciclo político.

## 7. BIBLIOGRAFIA

**ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON Anders (1994):** *Moçambique em transição. Um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Tradução de Dulce Leiria. Maputo, impresso por CEGRAFE.

**AGLIETTA Michel (1997):** *Régulation et crises du capitalisme*. Odile Jacob.

**ALEGRE, Eladio Arnalte (2012):** “Políticas agrícolas da União Europeia: lições para Moçambique”. Em *Contributos para o Debate da Agricultura e do Desenvolvimento Rural*. Coordenação de João Mosca. Maputo, Escolar Editora.

**AMIN, Samir (1975):** *La acumulación a escala mundial*. Buenos Aires Siglo XXI.

**AMIN, Samir (1989):** *La Desconexión*. Buenos Aires, Editorial: [Colihue](#)

**BACH, Daniel e GAZIBO, Mamoudou (2012):** *Neopatrimonialism in Africa and Beyond*. Taylor & Francis.

**BANCO DE MOÇAMBIQUE (vários anos):** *Relatório Anual*. Maputo, Banco de Moçambique.

**BANCO DE MOÇAMBIQUE:** <http://www.bancomoc.mz>

**BANGURA, Yssuf (1992):** "Authoritarian Rule and Democracy in africa. A Theoretical Discourse". Em *Autoritarianism, Democracy and Adjustment. The Politics of Economic Reform in Africa*, editado por Peter Gibbon, Yusuf Bangura e Arve Ofstat. Uppsala, The Scandinavian Institute of African Studies.

**BARAN Paul A. (1957):** “The Political Economy of Growth”. *Monthly Review Press*, New York.

**BATISTA Neusa Chaves (s/data):** *O Estado moderno: da gestão patrimonialista à gestão democrática*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS).

Retirado em 21 de Julho de 2012 de  
[http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao\\_escola/modulo1/estado\\_moderno\\_gd\\_gp.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo1/estado_moderno_gd_gp.pdf)

**BIGGS Tyler (2011):** *Impact of Exchange Rate Fluctuations on the Economy of Mozambique*. USAID, SPEED Reports/2010/010. Maputo

**BRANDÃO, Carlos (s/data):** *A impossibilidade de uma teoria geral e abstracta do desenvolvimento*. <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper36.pdf>.

**BRITO, Luís de (2009):** *Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda*. IESE, IDEIAS, Boletim Nº 13.

**BRITO, Luís de (2009a):** *Discurso político e pobreza em Moçambique: análise de três discursos presidenciais*. IESE, II Conferência do IESE.

**CABRAL Lúdia (2009):** *L'Appui Budgétaire Sectoriel dans la Pratique Étude documentaire. Le secteur de l'agriculture au Mozambique*. Résumé Executive. London, Overseas Development Institute

**CHANG, Ha-Joon (2003):** *Chutando a Escada. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo, Editora da UNESP.

**CENTRO DE ESTUDOS E DE PESQUISA MARXISTAS (1974):** *O modo de produção asiático*. Lisboa, Seara Nova.

**COMISSION EUROPEA (2010):** *La PAC en el horizonte 2020*. Bruselas, Comisión Europea.

**CURBELO, José L. (1990):** *Andalucía: Crecimiento y Equidad. Economía política del desarrollo equilibrado en las regiones periféricas*. Cuadernos del I.D.R., nº 29. Sevilla: Instituto de Desarrollo Regional.

**CRAMER Christopher (2001):** "Privatization and adjustment in Mozambique: a "hospital pass"? *Journal of Southern African Studies*, Vol. 27, nº 1, pp. 79-104.

**DOS SANTOS, THEOTÓNIO (1970):** The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, Vol. 60, Nº 20, pp. 231-236.

**DOS SANTOS, THEOTÓNIO (2000):** *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.



**EMMANUEL, Arrighi (1969):** *L'échange inégal*. Paris, Maspero.

**FELJÓ, João (2008):** “A problemática de um modelo paternalista na gestão de recursos Humanos em empresas africanas – o caso concreto de Moçambique”. *VI Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

**FILHO Guerino Edécio da Silva e CARVALHO Eveline Barbosa Silva (2001):** “Teoria do Crescimento Endógeno e o Desenvolvimento Endógeno Regional: Investigação das Convergências em um Cenário Pós-Cepalino”. *Revista Económica do Nordeste*, Fortaleza, Volume 32, número Especial pp. 467-482.

**FONSECA Pedro Cezar Dutra (2011):** “O mito do populismo económico de Vargas”. *Revista de Economia Política*, Vol. 31, Nº 1, São Paulo. <http://dx.doi.org>.

**FONTIVEROS Santiago E. (2008):** *Apogeu e Queda do Capitalismo Selvagem*. Publicado em [www.analitica.com](http://www.analitica.com). Retirado em 20 de Setembro de 2008.

**FRANCO, António S. (2011):** *Fundos Soberanos de Riqueza: Uma Necessidade para Moçambique?* USAID, SPEED Notes/2011/014. Maputo.

**FRANK, Andre Gunder (1966):** “The development of underdevelopment” - *Monthly Review*, Volume 18.

**FRANK, A. G. (1975):** “The modern world system revisited-rereading Braudel and Wallerstein” in SANDERSON, S. *et al Civilizations and World System*. London: Altamira Pres.

**FRANK, Andre Gunder (1979):** *A acumulação mundial 1492 – 1789*. Lisboa, Editorial Estampa.

**FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2011a):** *Recovery and New Risks*. Regional Economic Outlook. Sub-Saharan Africa. Washington, D.C.

**FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2011b):** *Recovery and New Risks*. Regional Economic Outlook. Sub-Saharan Africa. Washington, D.C. Sustaining the Expansion

**FURTADO, Celso (1961):** *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

**FURTADO, Celso (1964):** *Dialéctica do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura

**GERMAN Laura A. e WERTZ-KANOUNNIKOFF, Sheila (2012):** *Sino-Mozambican relations and their. implications for forests. A preliminary assessment for the case of Mozambique*. Center for International Forestry Research. Working Paper 93.

**GOVERNO DE MOÇAMBIQUE (2010):** *3ª Avaliação Nacional da Pobreza. Resultados Principais*. Maputo, MPD, apresentação em power point.

**GRUPO MOÇAMBICANO DA DÍVIDA (2004):** *Uma Visão sobre o Proagri*. Por Iraê Baptista Lundin Chagas Levene Marlene Germano. Maputo GMD

**HERNANDEZ, Émile-Michel (1998):** “La gestion des ressources humaines dans l’entreprise informelle africaine” in *Revue française de gestion*, nº 119, Fondation Nationale pour l’enseignement de la gestion des entreprises, pp. 49-57.

**HANLON Joseph (2002):** Debate sobre a Terra em Moçambique: Irá o desenvolvimento rural ser movido pelos investidores estrangeiros, pela elite urbana, pelos camponeses mais avançados ou pelos agricultores familiares? Oxfam GB - Regional Management Center for Southern Africa

**HERNANDEZ, Émile-Michel (2000):** “Afrique: L’actualité du modèle paternaliste” in *Revue française de gestion*, nº 128, Fondation Nationale pour l’enseignement de la gestion des entreprises, pp. 98-106.

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA:** <http://www.inegov.moz>

**JONES, Harry (2009):** *Equity in development. Why it is important and how to achieve it*. Working Paper 311. England, ODI.

**JUSTIÇA AMBIENTAL E UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES (2011):** *OS SENHORES DA TERRA Análise Preliminar do Fenómeno de Usurpação de terras em Moçambique. Casos de Estudo*. JA e UNAC. Maputo.

**KRUGMAN, Paul (2012):** *Acabem com esta crise, já!* Lisboa, Editorial Presença.

**KUZNETS, S. (1955):** “Economic growth and income inequality”. *American Economic Review*, Volumen.45, p.1-28.

**LEONTIEF Wassily W. (1941):** *Structure of the American Economy, 1919-1929*. Cambridge: Harvard University Press.

**LEONTIEF, Wassily (1986):** *Input-Output Economics*. Second Edition. Oxford University Press.

**LEWIS, W. Arthur (1954):** “Economic Development with Unlimited Supplies of Labor.” *Manchester School* 22 pp. 139–191.

**LOUREIRO Felipe Pereira (2008):** *Considerações sobre o populismo económico: explicação ou distorção histórica?* Anais Electrónicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC.

**LUCAS, Robert E. Jr. (1988):** “On the Mechanics of Development Planning”. *Journal of Monetary Economics*, New York, Volume 22, Nº 1, P. 3-42.

**MACKIENZY, Catherine e RIBEIRO, Daniel (2009):** *Tristezas Tropicais: Mais Histórias Tristes das Florestas da Zambézia*. Maputo, JA e & ORAM.

**MARX, Karl (2006):** *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (2004):** *Avaliação Final da Primeira Fase do Programa Nacional do Desenvolvimento Agrícola, PROAGRI (1999 - 2005)*. Volume I: Relatório Principal. Maputo, Ministério da Agricultura.

**MINISTRY OF AGRICULTURE (Economics Directorate) Mozambique SAKSS (2011):** *Monitoring Agricultural Sector Performance, Growth and Poverty Trends in Mozambique*. Final Draft Report. Maputo.

**MOSCA, João (1997):** *Alentejo: os Recentes Processos de Concentração e Especialização Produtiva. Perspectivas*. Documento de Trabalho Nº 11, Outubro. Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

**MOSCA, João (1999):** *Experiência socialista de Moçambique 1975-1986*. Lisboa, Editora Instituto Piaget.

**MOSCA, João (1999a):** “Economia: Análise input-output”. Em *Análise Matricial*. Vol. III, Capítulo 3, pp.85-110. Lisboa: Editora Instituto Piaget.

**MOSCA, João (2002):** *Encruzilhadas de África*. Lisboa, Editora Instituto Piaget.

**MOSCA, João (2005):** *Economia de Moçambique, Século XX*. Lisboa, Editora Instituto Piaget.

**MOSCA, João (2009):** *Economicando*. Maputo, Alcance Editora.

**MOSCA, João (2010):** *Políticas Agrárias de(em) Moçambique, 1975-2009*. Lisboa, Editora Escolar.

**MOSCA, João (2012):** *O longo caminho da cidadania*. Maputo, Alcance Editores.

**MOSCA, João (2012a):** “*Porque é que a agricultura, os pequenos produtores e a produção alimentar não são prioritários? novos contextos em Moçambique*, comunicação apresentada em Luanda no dia 23 de Março, num seminário organizado pelo Instituto do Desenvolvimento Agrário (IDA) do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MINADER) de Angola, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e pelo Centro de Estudos Tropicais para o Desenvolvimento (CENTROP), ISA, Lisboa.

**MOSCA, João (2012c):** *Instituições de ensino superior: aspectos institucionais*. SAVANA, N° 969. Maputo.

**MOSCA, João, ABBAS, Máriam e BRUNA, Natacha (2011):** Tendências recentes da economia moçambicana. *DEABTES*, N° 6. Maputo, Universidade Politécnica.

**MOSCA, João, BARRETO, Gizelda, ABBAS, Máriam e BRUA, Natacha (2012):** *Competitividade da Economia Moçambicana*. Maputo, Escolar Editora.

**MOSCA, João e SELEMANE, Tomás (2011):** *EL DORADO TETE. Os mega projectos de mineração*. Maputo, CIP.

**MOSSE Marcelo e CORTEZ Edson 2006):** *Corrupção e Integridade nas Alfândegas de Moçambique*. Maputo, CIP.

**MULDER, Peter e TEMBE, Jonas (2007):** *Electrificação rural em Moçambique. Valerá a pena o investimento?* Maputo, Conferencia inaugural do IESE, Conference Paper n° 26.

**NURKSE RAGNAR (1951):** “Problemas da Formação de Capitais em Países Subdesenvolvidos”. *Revista Brasileira de Economia*, N° 5, Ano 5, pp. 115-140. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas. Retirado de <http://www.centrocelsofurtado.org.br>.

**OCDE (2006):** *Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento. Apropriação, Harmonização, Alinhamento, Resultados e Responsabilidade Mútua*. Lisboa, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

**ODAMoz (2008):** *Mozambique Donor Atlas 2008*. Prepared by Cora Ziegler-Bohr and ODAdata Economista, Dezembro. Maputo.

**OLIVEIRA Júlio César de (s/data):** *Análise do crescimento econômico e das desigualdades regionais no Brasil*. UFRGS. <http://online.unisc.br>.

**ORMEROD, Paul (2005):** *A Economia Borboleta*. Lisboa, Publicações Europa-América.

**PERROUX, François (1977):** “O conceito de pólos de crescimento”. Em: Jacques Schartzman. *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 145-156.

**PINHO, Ivo e DIONÍSIO, Vítor (s/data):** *A substituição de importações e o desenvolvimento industrial - reflexões sobre o caso português*. <http://www.25abril.org>.

**PITCHER, M. Anne (2002):** *Transforming Mozambique: The Politics of privatization, 1975-2000*. Cambridge, University Press.

**PITCHER, M. Anne (2003):** “Sobreviver à transição: o legado das antigas empresas coloniais em Moçambique. *Análise Social*, vol. XXVIII (168), pp. 169-212.

**PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD (2011):** *A Eficácia da Ajuda e do Desenvolvimento*. Lisboa, Plataforma Portuguesa das ONGD.

**ROMER, Paul (1990):** Endogenous technological change. *Journal of Political Economy*, Volume 98, Nº 5, pp. S71-S102.

**ROSTOW W.W. (1991):** *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. 3th edition. Cambridge University Press.

**SACHS, Jeffrey D. (2006):** *O FIM DA POBREZA - Como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos*. Lisboa, Casa das Letras.

**SANTOS Milton (1974):** “Sous-développement et pôles de croissance économique et sociale”. Em *Tiers-Monde*. tome 15 n°58. pp. 271-286.

**SELEMANE Tomás e NOMBORA Dionísio (2011):** *Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva. Reprovação da Candidatura de Moçambique: notas para debate*. SAVANA, Maputo.

**SEN, Amartya (2000):** *Desenvolvimento Como Liberdade*. Companhia das Letras.

**SEN, Amartya (2011):** *A Ideia de Justiça*. Lisboa, Almedina.

**SERRA, Carlos (2011):** “Exploração de recursos naturais em Moçambique – constrangimentos e desafios”. Em *Contributos para o estudo do meio rural em Moçambique*. Observatório do Meio Rural. Maputo, Escolar Editora.

**SONNE-SCHMIDT Christoffer, CHANNING Arndt e MÓNICA Magaua (2009):** “Contribution of Mega-Projects to GDP in Mozambique”. II Conference of IESE “*Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique*”. Maputo, 22 and 23 of April 2009

**STIGLITZ, Joseph E. (1985):** “Economics of Information and the Theory of Economic Development”. *Revista de Econometria*, 5(1), April 1985: pp. 5–32.

**STIGLITZ, Joseph E. (2000):** “The Contributions of the Economics of Information to Twentieth Century Economics”. *Quarterly Journal of Economics*, Volume 463, pp. 1441-79.

**STIGLITZ, Joseph E. (2001a):** *Principles of Financial Regulation: A Dynamic Portfolio Approach*. The World Bank Research Observer, 16 (1), pp. 1-18.

**STIGLITZ Joseph E (2011):** *The IMF's change of heart. The International Monetary Fund has realised that a nation's economic well-being depends on social equality and justice*. Washington DC. IMF.

**TARP, Finn (1994):** *Stabilization and Structural Adjustment: Macroeconomic Frameworks for Analyzing the Crisis in Sub-Saharan Africa*. Routledge.

**TARP, Finn (2000):** “Stabilization and structural adjustment in Mozambique: an appraisal”. *Journal of International Development*. Volume 12, Issue 3, pages 299-323.

**UNESCO (2006):** *Tráfico de Pessoas, em Moçambique: Causas Principais e Recomendações*. Policy Paper, No 14.1(P). Bruxelas.

**WALLERSTEIN, I. (1975):** *The modern world system: capitalist agriculture and the origins of the European world – economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.

**WALLERSTEIN, I. (1989):** *The Modern World-System*. New York, Academic Press.

**WEBER Max (1985):** *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista*. 4ª Edição. São Paulo, Livraria Pioneira.

**WEBER, Max (1989):** *Os três tipos puros de dominação legítima*. Em COHN, Gabriel (org.). Max Weber. São Paulo: Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

**WILTGEN Roberto da Silva (1991):** “Notas sobre polarização e desigualdades regionais”. *Ensaaios FEE*, Porto Alegre. Volume 12, Número 2, pp.532-539.

**WUYTS, Marc (1991):** “Mozambique: Economic Management and Adjustment Policies”. *The IMF and the South. The Social Impact of Crisis and Adjustment*. Editado por Dharamb Ghai. London, Zed Books Ltd.

**YUNUS Muhammad (2006):** *O Banqueiro dos Pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países*. São Paulo, Editora Ática.